

Universidade do Estado do Amazonas (UEA)
Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST)

Movimento indígena no Médio Solimões: lideranças, organização e redes de diálogos e lutas coletivas para seguridade de seus direitos (1980 – 2000)

TEFÉ –AM.

2024

Fábio Pereira dos Santos

Monografia solicitada pelo Centro de Estudos Superiores de Tefé (CEST), da Universidade do Estado do Amazonas (UEA), como requisito do trabalho de conclusão de curso (TCC).

Orientado: Prof. Dr. Luciano Everton Costa Teles.

TEFÉ-AM.

2024

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- AMIMSA – Associação das Mulheres Indígenas do Médio Solimões e Afluentes
- APIB – Articulação dos Povos Indígenas do Brasil
- CEBs – Comunidades Eclesiais de Bases
- CIMI – Conselho Indígena Missionário
- COIAB – Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira
- CONDISI – Conselho Distrital de Saúde Indígena
- CPT – Comissão Pastoral da Terra
- DSEI-MRSA – Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes
- FUNAI – Fundação Nacional do Índio
- FUNASA – Fundação Nacional de Saúde
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
- MEB – Movimento de Educação de Base
- ONGs – Organizações Não Governamentais
- SIASI – Sistema de Informação e Atenção à Saúde Indígena
- SPI – Serviço de Proteção aos Índios
- UNI-Tefé – União das Nações Indígenas de Tefé
- UNUPI-MRSA – União dos Povos Indígenas do Médio Rio Solimões e Afluentes

RESUMO

Este trabalho visa contextualizar e analisar a organização, os caminhos de lutas, desafios e conquistas do movimento indígena na região do médio Solimões por meio do testemunho de lideranças indígenas e indigenistas, num recorte histórico de 1980 a 2000, na qual, durante esses anos destacados, foram vivenciadas várias etapas do processo de organização, legitimação e efetivação das lutas indígenas. O caráter desta pesquisa é fundamentado em uma abordagem bibliográfica, que envolve a busca e análise de literatura variada, incluindo livros, artigos, periódicos e revistas, juntamente com uma componente de pesquisa de campo, que valoriza a oralidade dos entrevistados. O objetivo da pesquisa é ouvir os relatos de lideranças indígenas, indigenistas e outros protagonistas da época, a fim de entender a formação e consolidação do movimento indígena na região do médio Solimões. O foco está em identificar o processo histórico de organização desse movimento, investigando e compreendendo o caminho que levou à sua formação e fortalecimento.

Palavras-chave: Liderança indígena, movimento indígena, história indígena, afirmação étnica.

ABSTRACT

This work aims to contextualize and analyze the organization, paths of struggle, challenges, and achievements of the indigenous movement in the Middle Solimões region through the testimony of indigenous leaders and indigenists, within a historical timeframe from 1980 to 2000. During these highlighted years, various stages of the process of organization, legitimization, and realization of indigenous struggles were experienced. The nature of this research is grounded in a bibliographic approach, which involves the search and analysis of diverse literature, including books, articles, periodicals, and magazines, along with a field research component that values the oral history of the interviewees. The research objective is to listen to the accounts of indigenous leaders, indigenists, and other protagonists of the time to understand the formation and consolidation of the indigenous movement in the Middle Solimões region. The focus is on identifying the historical process of organization of this movement, investigating and understanding the path that led to its formation and strengthening.

Keywords: Indigenous leadership, indigenous movement, indigenous history, ethnic affirmation.

AGRADECIMENTOS

A realização deste Trabalho de Conclusão de Curso marca o fim de uma jornada acadêmica intensa e desafiadora e é com profunda gratidão que expresso meus sinceros agradecimentos a todos que contribuíram para o sucesso deste projeto.

Sou imensamente grato a Deus primeiramente por me permitir viver com a maior intensidade e me dar forças quando desanimei, quando esmoreci num cansaço mental, físico e psicológico. Gostaria de expressar minha mais sincera gratidão ao meu orientador/professor Dr. Luciano Everton Telles, cuja orientação e apoio foram fundamentais ao longo de todo o processo. Sua paciência e orientação foram cruciais para o desenvolvimento deste trabalho, e sou imensamente grato pela oportunidade de aprender com sua sabedoria.

Minha esposa Herizangela Oliveira, minha filha Niara Fernanda e meu filho Nicolas Kawni, que sempre me recebiam com bastante entusiasmo, alegria quando cansado chegava em casa de uma rotina de trabalho e estudo. Ao meu irmão George Inhuma, minhas mães Joana D'arc e Marluce Pereira, pela força diária para nunca desistir e poder cumprir com minhas tarefas. Aos meus companheiros e companheiras de militância indigenista do Conselho Indigenista Missionário, CIMI na Prelazia de Tefé (Francisca Cardoso "Poty", Raimundo Nonato "Manu", Francisco Amaral, Raimundo Francisco "Manuel", Edvarde Bezerra e Fabiana Caresto) que me motivaram a ingressar na universidade pública para agregar conhecimento e fortalecer a luta em defesa dos direitos dos povos indígenas, segmento pelo qual sempre lutei e acreditei.

Em memória ao meu padrinho/pai Pedro Fátima, cujo maior desejo era me ver estudando em uma universidade pública e alcançando a conclusão do ensino superior, presto esta singela homenagem. Seu apoio incansável e sua dedicação foram a força motriz por trás de cada passo que dei em direção aos meus objetivos acadêmicos. Cada conquista alcançada é um tributo à sua memória e ao seu legado de amor, incentivo e perseverança.

Quero expressar meus sinceros agradecimentos aos meus colegas de curso que embarcaram nesta jornada comigo. Sabemos que nem todos conseguiram acompanhar até o final deste percurso acadêmico, e alguns partiram para a outra margem, como o querido Sr. Gonçalo, cuja alegria contagiante marcou os primeiros passos da nossa caminhada. Sua presença foi um verdadeiro bálsamo durante os momentos desafiadores, e sua lembrança permanecerá viva entre nós.

Também não posso deixar de mencionar o colega de curso Marcus Santiago, uma pessoa incrivelmente dedicada, que sempre se esforçou para me apoiar e motivar no processo formativo

na universidade. Sua persistência e incentivo foram fundamentais para superarmos os obstáculos e alcançarmos nossos objetivos acadêmicos.

Gostaria também de expressar minha profunda gratidão aos professores do colegiado de história, agradeço todos vocês por todo apoio, orientação e dedicação ao longo da minha jornada acadêmica. Sei que cada um de vocês desempenhou um papel fundamental no meu desenvolvimento como estudante. Quero agradecer pela inspiração que vocês proporcionaram ao longo do curso. Seus conhecimentos, paixão pela História e compromisso com a educação foram verdadeiramente inspiradores e me motivaram a me esforçar ainda mais em meus estudos.

Meu agradecimento aos servidores e servidoras do CEST-UEA pelo trabalho árduo, dedicação e comprometimento que demonstram diariamente em tornar nossa instituição um lugar melhor para estudar, trabalhar e crescer. Sei que cada um de vocês desempenha um papel fundamental no funcionamento e sucesso do nosso centro, e por isso gostaria de dedicar este momento para expressar minha sincera apreciação.

Aos companheiros e companheiras do movimento estudantil (Representante de turma, Diretório Regional dos Estudantes, DRE, Diretório Central dos Estudantes, Centros Acadêmicos) muito obrigado a cada um/a de vocês que estiveram ao meu lado na jornada pela busca de uma universidade melhor. O trabalho incansável de cada uma de vocês foi fundamental para dar voz às demandas dos estudantes, buscar soluções para os problemas enfrentados e criar um ambiente mais inclusivo e participativo em nossa universidade. Sua dedicação e comprometimento são verdadeiramente inspiradores. Sei que, juntos, enfrentamos desafios, lutamos por nossos direitos e nos empenhamos para promover mudanças significativas em nosso ambiente acadêmico e que esses episódios ficarão marcados em nossas vidas.

Quero expressar minha mais profunda admiração e respeito às lideranças indígenas e indigenistas que generosamente compartilharam seu tempo, conhecimento e experiência para a realização deste trabalho. Suas vozes são fundamentais não apenas para este trabalho, mas também para a preservação e valorização da rica história da luta do movimento indígena na região do médio solimões.

Por fim, agradeço a todos os que, de alguma forma, contribuíram para a realização deste trabalho, mesmo que não citados nominalmente. Cada conversa, cada palavra de encorajamento e cada momento de colaboração foram peças fundamentais neste processo.

Que este trabalho possa contribuir de forma significativa para o avanço do conhecimento na área e que os aprendizados aqui adquiridos sejam apenas o começo de uma jornada de descobertas e realizações.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	9
CAPÍTULO I.....	15
HISTÓRIA INDÍGENA E INDIGENISMO NA AMAZÔNIA	15
1.1 História indígena e do indigenismo no Brasil.	15
1.2 História, movimento indígena e indigenismo na Amazônia.	24
CAPÍTULO II.....	33
MOVIMENTO INDÍGENA E INDIGENISMO NO MÉDIO SOLIMÕES	33
2.1 Lideranças indígenas e suas organizações.....	37
2.2 Rede de diálogos, relações entre lideranças, organizações indígenas e instituições indígenas.....	44
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53
APÊNDICES I. Termo de Consentimento e Esclarecido - TCE.....	59
APÊNDICES II. Consentimento pós-informação.....	60
APÊNDICES III. Questionário de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).....	61

INTRODUÇÃO

Este trabalho visa contextualizar e analisar a organização, os caminhos de lutas, desafios e conquistas do movimento indígena na região do médio Solimões por meio do testemunho de lideranças indígenas e indigenistas, num recorte histórico de 1980 a 2000, na qual, durante esses anos destacados, foram vivenciadas várias etapas do processo de organização, legitimação e efetivação das lutas indígenas.

Cabe ressaltar que o movimento indígena no Brasil ganha destaque na década de 70, impulsionado pela necessidade de dar voz às demandas historicamente negligenciadas dos povos originários (HECK; LOEBENS; CARVALHO, 2005). Com a participação unificada e o apoio de aliados, esse movimento se fortalece por meio de assembleias indígenas apoiadas pelo Conselho Indígena Missionário, o CIMI. Em sua trajetória, o movimento indígena abraça diversas bandeiras de luta, destacando-se a reivindicação pelos direitos fundamentais, visando o reconhecimento pleno desses povos como cidadãos brasileiros, com direitos específicos e diferenciados que respeitem e preservem suas identidades culturais.

Além disso, a luta inclui a demanda pela demarcação efetiva de seus territórios, assegurando-lhes a posse legítima e o usufruto sustentável de seus recursos naturais. Esse movimento representa um importante busca por justiça social e pela garantia dos direitos humanos, contribuindo para a construção de uma sociedade mais inclusiva e respeitosa com a diversidade cultural e étnica presente no Brasil.

A incidência política realizada pelos povos indígena com apoio das organizações indígenas e indigenistas que atuaram numa frente popular, de resistência e democrática trouxe para o debate nacional a participação política dos povos indígenas no período da constituinte, onde os direitos dos povos indígenas estavam sendo pautados para compor a carta magna do Brasil. Esse episódio importante colocou em evidência não somente os povos indígenas como sujeitos de direitos, com capacidade e autonomia de discutir seus projetos de vida, como também apresentou no cenário político personagens, lideranças indígenas com capacidade de mobilização, articulação, desconstruindo conceitos equivocados que os povos indígenas não tinham capacidade de decidir os próprios rumos de sua vida.

Segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, o movimento indígena é definido como um conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos que Segundo Silva:

Desse modo, o movimento indígena criado e articulado pelos povos indígenas em torno das ações e mobilizações coletivas têm contribuído para o avanço na garantia de seus direitos consagrados na Constituição de 1988. Desde a década de 1970, os povos que resistiram ao processo de “dominação, massacres e colonização europeia” vem unificando as lutas em torno da garantia das terras, o direito às políticas públicas de saúde e educação e que estas sejam ofertadas às comunidades indígenas de acordo com as especificidades e diferentes realidades de cada povo indígena, assim como vem fortalecendo este movimento de forma organizada com diferentes estratégias e ações conjuntas, tais como a criação de organizações, associações, federações, que são instâncias de representatividade, a maioria de caráter jurídico (2019, p. 59).

Nas diversas regiões do Brasil, as organizações indígenas são nucleadas, o movimento indígena ganha cenário nacional, mais bem organizada e articulada, com suas pautas para serem discutidas nos espaços políticos, visando a implementação e efetivação de políticas públicas específicas e diferenciadas, dentre essas a educação, terra e saúde.

Além disso, lideranças protagonizam e colocam em evidência que os povos indígenas podem contribuir em prol de uma sociedade pluriétnica, participando de debates, encontros e se inserindo em espaços importante de decisões. Essas organizações segundo Baniwa: “trouxeram a luz novas lideranças indígenas (professores, agentes de saúde, agente ambientais indígenas e etc.), que passaram atuar como interlocutores com o estado e as organizações não governamentais [...]”, O movimento indígena torna-se um instrumento de resistência e representação legal dos povos, que articulada com suas bases, aldeias, lideranças e aliados, protagonizaram espaços de discussão e participação política no cenário nacional, conforme destaca por.

Aquele que busca articular todas as diferentes ações e estratégias dos povos indígenas, visando a uma luta articulada nacional ou regional que envolve os direitos e os interesses comuns diante de outros segmentos e interesses nacionais e regionais (2006, p.58-59)

No processo organizacional do movimento indígena, no âmbito local, os povos da região do médio Solimões e afluentes tiveram, através da União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-TEFÈ), uma importante representatividade legal, sendo esse o principal meio de interlocução e mediação dos debates e demandas dos povos da região que segundo Silva:

Dentro da estrutura organizacional e representativa do movimento indígena organizado estão as organizações e associações indígenas de caráter jurídico, entre elas a União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé), criada 1989 como instância de representatividade de caráter jurídico com um trabalho conjunto e articulado

diretamente com as comunidades indígenas na região do Médio Rio Solimões e afluentes (2019, p. 59).

A UNI-TEFÉ torna-se a referência e o principal meio de luta dos povos indígenas desta região, estando diretamente aliada aos outros movimentos indígenas das regiões do Brasil, defendendo as demandas e pautas emergenciais das comunidades indígenas da região do médio Solimões, sobretudo aquelas que lidam com a questão do reconhecimento étnico e territorial, conforme destaca Silva:

É perceptível que com a criação da UNI- Tefé a luta dos povos da região do Médio Solimões é fortalecida, principalmente em torno da luta pela terra e do movimento de afirmação étnica. A UNI - Tefé nasce em meio ao movimento de “emergência étnica ou ressurgimento das identidades étnicas” que estava ocorrendo na região do Médio Solimões [...] (2019, p. 61).

O processo de organização do movimento indígena vem ao longo do tempo sendo construído a partir de vários atores, indígenas, não indígenas, que buscaram através desses segmentos representativos lutar pela garantia e efetivação de seus direitos, organizando-se nas suas bases, aldeias e traçando estratégias de incidências políticas, alianças e articulações com aliados.

O caráter da pesquisa baseia-se em uma pesquisa de cunho bibliográfico realizando buscas e análises de literaturas como livros, artigos, periódicos, revistas, anuais, e fomentando uma pesquisa de campo, atribuído a oralidade dos entrevistados da pesquisa. A pesquisa busca ouvir através dos relatos, história oral, lideranças indígenas e indigenistas que atuaram e alguns que ainda atuam e que contribuíram para que se consolidasse o movimento indígena na cidade de Tefé. Nesse sentido, a pesquisa se concentra no período de 1980 a 2000 e tem como objetivo contextualizar e analisar a organização, os caminhos de lutas, desafios e conquistas do movimento indígena por meio do testemunho de lideranças indígenas e indigenistas. Por meio de relatos orais dos indígenas e indigenistas que fizeram parte deste movimento pretende-se ainda identificar o processo histórico de organização e criação das organizações indígenas no médio rio Solimões e afluente, como instância de representatividade na defesa de direitos e interesses coletivos, registrando e analisando os relatos orais de indigenistas que têm atuado nesta região, sobre as lutas do movimento indígena para a seguridade de seus direitos e conquistas, assim como os relatos das lideranças indígenas que naquele período foram os percussores nesta organização na região.

O trabalho busca proporcionar um momento de escuta, ouvir os protagonistas daquela época que apontaram para a organização do movimento indígena na região. As escutas foram

realizadas com os seguintes colaboradores: Benedito do Espírito Santo Pena, possui graduação em História pela Universidade Federal do Amazonas, mestrado e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pelo Programa de Pós-graduação em Sociedade e Cultura na Amazônia da mesma universidade. Atualmente é professor de Antropologia Indígena do Instituto de Natureza e Cultura da Universidade Federal do Amazonas. Tem experiência na área de História e Antropologia, com ênfase nas temáticas: história indígena e do indigenismo; antropologia indígena e história da Amazônia. Atuou no Conselho Indigenista Missionário na década de 80 e 90, nas equipes da Prelazia de Tefé e Coordenação do CIMI Regional Norte1, Amazonas/Roraima junto aos povos indígenas Kokama, Kambeba, Ticuna e outros. Genival dos Santos, indígena do Povo Mayoruna, da aldeia Marajai, localizada no município de Alvarães. Ao longo de sua vida, tem sido um defensor dos direitos indígenas, participou ativamente do movimento indígena durante as décadas de 1980 e 2000 atuando na União dos Povos Indígenas de Tefé (UNI-TEFÉ) e fazendo parte da Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB), uma importante organização que representa os povos indígenas da região amazônica. Atualmente, atua como assessor indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena (DSEI-MRSA), onde trabalha para garantir o acesso dos povos indígenas à saúde de qualidade e culturalmente adequada. Tome Fernandes Cruz, liderança indígena do Povo Kambeba, da aldeia Jaquiri, Município de Uarini. Sua militância iniciou atuando no movimento de professores indígena na década de 80. Foi membro da coordenação executiva da UNI-TEFÉ e conselheiro distrital de saúde indígena no Conselho Distrital de Saúde Indígena (CONDISI). Assumiu na década de 2000 a Coordenação Local da FUNAI em Tefé. Atualmente é professora na aldeia Jaquiri e estudante do Curso de Licenciatura em Pedagogia Intercultural Indígena pela Universidade do Estado do Amazonas (UEA).

A metodologia da pesquisa adota como foco central a oralidade dos relatos que descrevem os diversos acontecimentos vividos pelos personagens, muitos dos quais não foram devidamente registrados de forma sistemática e estão sujeitos a desvanecer-se com o passar do tempo na intrincada trama da história. Através dessa abordagem, busca-se resgatar e dar voz às narrativas que, embora fundamentais para a compreensão do contexto histórico, correm o risco de se perderem no anonimato e na ausência de documentação escrita. Este enfoque permite uma investigação mais profunda e sensível, explorando as diferenças e as perspectivas individuais que contribuem para a riqueza da tapeçaria histórica, preenchendo lacunas e proporcionando uma compreensão mais completa e autêntica dos eventos e das experiências vivenciadas.

Dentro da pesquisa aqui proposta, utilizamos fonte oral. E no que diz respeito à história oral como apresentado por Matos:

Como procedimento metodológico, a história oral busca registrar e, portanto, perpetuar – impressões, vivências, lembranças daqueles indivíduos que se dispõem a compartilhar sua memória com a coletividade e dessa forma permitir um conhecimento do vivido muito mais rico, dinâmico e colorido de situações que, de outra forma, não conheceríamos (2011, p. 97).

Não podemos colocar a escrita e a narrativa como momentos separados dentro da história oral, mas como elementos que se interligam e se completam entre si como destaca Matos:

A escrita e as narrativas orais não são fontes excludentes entre si, mas complementam-se mutuamente. As fontes orais não são meros sustentáculos das formas escritas tradicionais, pois são diferentes em sua constituição interna e utilidade inerente (2011, p. 97).

Quando utilizamos fonte oral em nossa pesquisa, buscamos analisar não só o que nosso colaborador fala, mas também como ele se comporta diante de determinada pergunta e o contexto das entrevistas, assim, estabelecendo uma ligação direta e de complemento entre a narração e a escrita.

No âmbito desta pesquisa, são realizadas entrevistas semiestruturadas com indigenistas e lideranças indígenas que desempenham ou desempenharam funções na região em questão, a fim de documentar suas valiosas experiências e perspectivas. O método de entrevistas semiestruturadas proporciona uma abordagem flexível, permitindo uma exploração aprofundada das vivências desses profissionais, bem como uma compreensão mais holística das dinâmicas envolvidas na interação entre os atores na construção desse segmento. Ao capturar suas narrativas, esta pesquisa busca enriquecer a compreensão das práticas, desafios e oportunidades que permeiam a construção/formação do movimento indígena e organizações indígenas na região, contribuindo para uma análise mais completa e sensível das questões relacionadas aos povos indígenas e às políticas de proteção e desenvolvimento nas áreas em questão.

Além disso, conduzimos uma revisão abrangente da literatura, focalizando o movimento indígena no Brasil, especialmente na região amazônica e, de forma mais específica, no médio rio Solimões. Essa revisão visa proporcionar um contexto para o estudo, considerando tanto as dinâmicas locais quanto as influências nacionais e regionais. Adicionalmente, a pesquisa explora narrativas presentes em literaturas que abordam o movimento indígena, organizações e ações indigenistas, buscando uma compreensão abrangente das perspectivas e desafios enfrentados por esses grupos em diferentes escalas. Essa abordagem multidisciplinar pretende

enriquecer a análise, contextualizando as vozes coletadas no contexto mais amplo do movimento indígena no Brasil.

Pretende-se, para a realização do trabalho, desenvolver e aprofundar o tema proposto em dois capítulos distintos. No primeiro capítulo, a pesquisa se dedica a narrar a história indígena e indigenismo na Amazônia. Este capítulo pretende mostrar a dinâmica dos povos originários através das narrativas históricas, destacando como eram retratados pela historiografia e contrastando com a forma como são atualmente apresentados à sociedade. Além disso, este capítulo realiza uma análise crítica e contextualizada na busca por proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre a trajetória dos povos originários, considerando tanto a perspectiva histórica quanto a contemporânea.

No segundo capítulo, o foco se volta para o registro e análise dos relatos orais de indigenistas e lideranças indígenas que têm atuado no movimento indígena na região de Tefé, para compreender as lutas do movimento indígena em busca da seguridade de seus direitos e conquistas. Nesse contexto, caracterizamos as formas de organização do movimento indígena e das instâncias de representatividade indígena e indigenista. Isso permite uma análise abrangente das estratégias empregadas para a defesa e proteção dos direitos e interesses coletivos dos povos indígenas no município de Tefé.

Através dos relatos desses protagonistas da luta pela organização do movimento indígena na região do médio Solimões, que tem a cidade de Tefé como principal local de atuação, pretendemos conceituar com maior clareza a partir da percepção e do ponto de vista desses, o que é ser e fazer movimento indígena e o que é organização indígena e sua atuação no contexto político e social.

CAPÍTULO I

HISTÓRIA INDÍGENA E INDIGENISMO NA AMAZÔNIA

Este capítulo pretende mostrar a trajetória, a vida e a luta dos povos originários através das narrativas históricas, destacando como eram retratados pela historiografia e contrastando com a forma como são atualmente apresentados à sociedade. Inserido na temática indígena, esta primeira parte do trabalho coloca em discussão os conceitos de Indigenismo, baseando-se em autores como Nascimento (2014), e Lima (1997), e muitos outros que tem relevância com tal tema. Ainda foi analisado no capítulo o histórico do movimento indígena e indigenismo na Amazônia.

Além disso, este capítulo realiza uma análise crítica e contextualizada na busca por proporcionar uma compreensão mais abrangente sobre a trajetória dos povos originários, considerando tanto a perspectiva histórica quanto a contemporânea. Ao explorar as mudanças nas representações dos povos indígenas ao longo do tempo, este capítulo pretende contribuir para uma reflexão mais aprofundada sobre a importância de revisitar e reavaliar a forma como a história indígena é contada e percebida suas influências para o contexto atual, tanto daqueles que são os protagonistas e outros que apoiam a luta histórica dos povos. Dessa maneira, buscase ampliar o entendimento coletivo e promover uma apreciação mais justa e inclusiva da rica diversidade cultural dos povos originários e de seu papel como sujeito de direito numa conjuntura social que ainda os julgam como figuras pejorativas, estereotipadas, caricata e folclórica. Visão etnocêntrica que desconsidera a pluralidade étnica que existe em nosso país.

Nisso a história indígena na Amazônia será apresentada neste capítulo como algo fascinante e complexo que se remonta a milênios, marcado por uma diversidade de culturas, tradições e interações com a exuberante biodiversidade da região. Nisso veremos a apresentação de diversas etnias indígenas que já habitavam as vastas terras amazônicas, desempenhando um papel fundamental na formação do mosaico cultural que caracteriza essa imensa região, com suas organizações social e política, ocupando territórios e fundando sociedades diferenciadas.

1.1 História indígena e do indigenismo no Brasil.

A história indígena é um rico caminho que ao trilhá-lo nos deparamos com fatos fascinantes. E a diversidade cultural dos povos indígenas é impressionante, abrange uma infinidade de línguas, cosmologia, crenças espirituais, práticas culturais, organização social, política e estilos de vida. Que de acordo com (TASSINARI, 2001, p. 11): “suas relações com a

natureza eram profundamente espiritualizadas, destacando uma conexão holística com a terra, os animais e os elementos naturais”. Pois essa relação ressoa com a importância da sustentabilidade e do respeito ao meio ambiente na atualidade.

Nisso a arte indígena é outra expressão crucial da identidade cultural desses povos, onde há pelo menos duas perspectivas distintas sobre a concepção da "identidade cultural". Uma delas retrata a "identidade cultural" como uma cultura unificada e compartilhada, uma espécie de essência coletiva autêntica, oculta entre várias outras manifestações superficiais ou impostas artificialmente, que pessoas com uma história e ancestralidade comuns compartilhariam (STUART HALL, 2006, P. 2). Esculturas, pinturas, cerâmicas e tecidos tradicionais são formas de arte que não apenas embelezam, mas também carregam significados profundos, que representam a diversidade, uma pluralidade. (LIMA, 2010, p 16) observa que “cada peça muita das vezes conta uma história, honrando a conexão espiritual com a natureza, celebrando rituais e documentando a experiência coletiva”.

A história indígena é também marcada por um profundo conhecimento e compreensão da medicina tradicional. Os povos indígenas desenvolveram ao longo dos séculos uma rica farmacopeia de plantas medicinais, ervas e técnicas terapêuticas. Esses conhecimentos tradicionais, muitas das vezes transmitidos oralmente, refletem uma conexão inseparável entre a natureza e a saúde, destacando uma abordagem holística para o bem-estar físico e espiritual (ALMEIDA; NEVES, 2015, p. 32).

Os sistemas de governança indígena também desafiam a visão europeia, aquela que tende a trazer uma interpretação a partir da visão e dos valores ocidental, que constitui uma sociedade civilizada. Muitos povos indígenas tinham e têm estruturas políticas que enfatizam a participação coletiva, a tomada de decisões conciliadas e a distribuição equitativa de recursos, uma forma social que preza pela coletividade, do cuidado um com o outro, da reciprocidade. Esses sistemas demonstram uma abordagem dos fenômenos amplos e sustentável para a administração de comunidades, uma estrutura organizacional que contribuiu para a vitalidade e a preservação da cultura, a filosofia do Bem Viver que perpassa a relação interpessoal, do convívio, a relação saudável e respeitável com a natureza e o espaço onde vive.

A colonização europeia marcou um ponto de virada na história indígena, ocorrendo uma intensificação de destruição nas comunidades nativas, juntamente com a disseminação e várias formas de migração forçada, resultado da expulsão de suas terras, introduzindo novas dinâmicas que desencadearam profundas mudanças, onde (NASCIMENTO, 2014, p. 268) aponta que, “a conquista resultou em perdas significativas de território, recursos e, lamentavelmente, vidas”. E nisso as comunidades indígenas foram submetidas a um processo de deslocamento forçado,

e assimilação cultural e em muitos casos, genocídio, em um projeto violento que reflete até os dias atuais na negação de direitos e preconceitos da sociedade envolvente.

Apesar das adversidades, os povos indígenas resistiram usando de estratégias política e organizacional para preservar suas línguas, tradições e cosmovisões, para que suas organizações e movimentos pudessem ser respeitados e considerados legítimos para lhes garantir seus direitos.

Na história indígena contemporânea, as ações pela autodeterminação, autonomia e reconhecimento dos direitos social, político, territoriais e preservação da diversidade cultural perduram como elementos cruciais. Este cenário é marcado uma constante efervescência de incidências e mobilizações políticas conduzidas pelas aldeias e organizações indígenas, que, de maneira assertiva, têm estabelecido alianças e parcerias significativas com organizações não governamentais, aliada que atuam na defesa dos direitos dos povos indígenas. Essas colaborações, muitas vezes, centram-se na discussão de estratégias e formas eficazes para enfrentar desafios, sempre respaldadas por um amparo legal e legítimo.

Leis e instrumentos jurídicos específicos são chamados como ferramentas fundamentais, fornecendo uma base forte e legal para abordar as particularidades culturais e territoriais dessas comunidades. Diante de um contexto complexo, essas ações coletivas refletem um compromisso contínuo com a defesa dos direitos indígenas, consolidando uma busca incansável por justiça, reconhecimento étnico e respeito pela rica diversidade cultural que compõe a organização social do cenário indígena contemporâneo nisso (PRIORE, 2010, p 66) destaca que:

Nos séculos XX e XXI, observamos um ressurgimento da identidade indígena, com movimentos de revitalização cultural, reivindicação de direitos e participação ativa nas esferas política, social e econômica. A busca por justiça histórica e a reconciliação estão no centro desses esforços, desafiando narrativas dominantes e promovendo a inclusão de perspectivas indígenas na construção do presente e do futuro

Resistência indígena não se limita apenas à esfera política, ela também está enraizada na preservação de práticas tradicionais, seja agrícola, cultural ou organizacional, que segundo (BRAGA, 2015, p. 11) a agricultura indígena, “como as técnicas de cultivo em terraços dos incas ou a plantação de milho pelos povos nativos americanos, desempenhou um papel crucial no desenvolvimento da agricultura global”. Essas práticas, muitas vezes em harmonia com a natureza, destacam a importância da sustentabilidade e da preservação da biodiversidade.

A história indígena é uma história de resiliência, resistência e renovação. É uma narrativa que merece ser contada e compreendida para além dos estereótipos, reconhecendo a

riqueza e a complexidade das contribuições desses povos para a tapeçaria global da humanidade. Respeitar e valorizar a diversidade cultural indígena é fundamental para a construção de sociedades mais justas e inclusivas.

A história do indigenismo no Brasil é marcada por um complexo, com diversas faces que envolveu diferentes atores, políticas e momentos ao longo dos séculos. Conforme destacado por (BRIGHENTI, 2012, p. 30), “desde a chegada dos colonizadores europeus no século XVI, as populações indígenas foram objeto de diferentes abordagens, que variavam desde a integração forçada, até a preservação de suas culturas”.

Durantes o período colonial, a perspectiva predominante era a assimilação dos povos indígenas à cultura europeia, que na concepção de (WACHTEL, 1976, p. 2) A aculturação não se limita a uma via unidirecional, onde a cultura ameríndia se transforma na cultura ocidental. Existe também uma trajetória oposta, na qual a cultura indígena incorpora características dos elementos europeus sem perder sua essência original, apesar de não ser essa a perspectiva dos colonizadores nos estágios iniciais da conquista. Em certo sentido, os povos da América colonial conseguiram adaptar-se habilmente a esse contexto. As missões jesuíticas desempenharam um papel significativo nesse contexto, buscando a conversão dos indígenas ao cristianismo e sua integração ao modo de vida europeu, cometendo várias violências, principalmente a violência que reflete atualmente, no aspecto cultural, da língua materna, e na organização social. Essa abordagem resultou em conflitos e na devastação de culturas indígenas.

Com o passar dos séculos, as políticas indigenistas no Brasil evoluíram, refletindo mudanças na sociedade e no pensamento político. Durante o século XIX, as ideias de branqueamento da população predominaram, e políticas assimilacionistas continuaram a ser implementadas como destacado por (CUNHA, 1992, p.16), que no “século XX emergiram movimentos voltados para a proteção dos direitos dos povos indígenas”. Que durante grande parte da história, as comunidades indígenas enfrentaram desafios significativos, muitas vezes marginalizadas e submetidas a políticas assimilacionistas, integracionista que não consideravam a especificidade dos povos originários.

No entanto, ao longo do século XX, houve um despertar global para a necessidade de respeitar e preservar as culturas e territórios indígenas. Movimentos sociais, ativistas e organizações não governamentais começaram a advogar por direitos indígenas, destacando questões como a posse da terra, a preservação da cultura, participação política. Esses esforços culminaram em marcos legais internacionais, como a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, promulgada em 2007, que reconhece e protege uma série de

direitos fundamentais das comunidades indígenas, marcando um passo significativo na promoção da justiça e equidade para esses povos historicamente marginalizados.

A conquista do capítulo VIII na Constituição Federal de 1988, principalmente do artigo 231, no qual os povos indígenas são reconhecidos por sua estrutura social, práticas culturais, idiomas, sistemas de crenças e tradições, além de possuírem direitos ancestrais sobre as terras que historicamente habitam. É responsabilidade da União demarcar, proteger e garantir o respeito a todos os seus recursos e propriedades foi um marco significativo e representou o poder de incidência, mobilização e organização dos povos indígenas do Brasil. Emergindo de suas bases, movimentos indígenas, com o apoio das organizações indígenas e indigenistas, essas comunidades resistiram para assegurar que a Carta Magna do Brasil refletisse e reconhecesse plenamente a riqueza cultural, diversidade e pluralidade dos povos indígenas. (BRASIL, 1988)

Assim sendo o capítulo VII da Constituição Federal de 1988 tornou-se um instrumento legal crucial ao reconhecer os direitos fundamentais dos povos indígenas, afirmando sua autonomia, reconhecendo sua organização social, demarcação e fiscalização de territórios, consolidando-os como sujeitos de direitos no contexto jurídico nacional. Essa conquista representou não apenas um avanço jurídico, mas também uma vitória simbólica e histórica na longa luta dessas comunidades pelo reconhecimento e respeito de sua identidade étnica e territorial.

No entanto, mesmo a Constituição de 1988 determinando que as terras tradicionalmente ocupadas pelos indígenas são de sua posse permanente, cabendo ao Estado demarcá-las, esse processo enfrenta desafios, como pressões políticas e econômicas contrárias, provocando as comunidades indígenas a resistirem e tecerem estratégias para enfrentar as ameaças e os constantes ataques a seus direitos históricos, constitucionais, as suas vidas e territórios. As invasões das terras indígenas por madeireiros, fazendeiros e mineradoras, seus direitos sociais sendo negados e violados por grupos ligados ao agronegócio e mineral, é o contexto político recente Brasileiro desfavorável aos povos indígenas.

Na década de 1930, com a criação do Serviço de Proteção aos Índios (SPI), houve uma tentativa oficial de garantir a proteção das populações indígenas, apesar de seu propósito declarado de proteção, frequentemente adotou uma abordagem tutelar, impondo uma visão paternalista e autoritária sobre as comunidades indígenas como destacado por Gomes (2002). Nisso as medidas implementadas nem sempre respeitavam as peculiaridades culturais e sociais desses povos, resultando, por vezes, em ações coativas e na imposição de padrões culturais alheios às tradições indígenas. Assim, embora tenha havido uma tentativa inicial de proteger os

direitos e interesses dos povos indígenas, a história do SPI reflete desafios significativos na conciliação entre proteção e respeito à autonomia dos povos tradicionais.

O Serviço de Proteção aos Índios (SPI) foi sucedido pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) em 1967, marcando um importante ponto de virada na abordagem governamental em relação aos povos indígenas no Brasil. A FUNAI foi criada com o objetivo de corrigir as falhas do SPI e buscar uma abordagem mais respeitosa em relação aos direitos e culturas indígenas. Em seu papel de instituição governamental, a FUNAI buscou promover a proteção dos territórios indígenas, respeitar a diversidade cultural e garantir a participação efetiva das comunidades indígenas nas decisões que afetam suas vidas. Apesar dos desafios persistentes, a transição do SPI para a FUNAI representou um esforço institucional para promover uma relação mais justa e colaborativa entre o Estado e os povos indígenas, reconhecendo a importância de respeitar e preservar as identidades culturais dessas comunidades (BRAGA, 2015, p. 70-71).

Nos últimos anos, questões cruciais como demarcação de terras, preservação cultural e direitos humanos permanecem no centro das ações e dos debates das organizações indigenistas no Brasil, uma vez que os direitos dos povos indígenas continuam sendo alvo de ataques sistemáticos na política brasileira. A luta pelo reconhecimento étnico e territorial, demarcação de terras indígenas, efetivação da política de saúde, educação, tem sido pontos centrais de tensionamento. Paralelamente a essas bandeiras de lutas, que têm sido temas recorrentes nos debates dos movimentos e organizações indígenas, destaca-se ainda a importância de se abordar questões fundamentais para garantir o bem-estar e a autodeterminação dos povos indígenas.

A atenção a essas questões reflete um esforço contínuo de diversos setores da sociedade brasileira em reconhecer, apoiar os desafios enfrentados pelos povos indígenas, buscando assegurar o pleno exercício de seus direitos e a promoção de uma convivência justa e equitativa no país que segundo (ROCHA, 2003, p. 23), “ressalta que o governo e a sociedade civil estão constantemente envolvidos em debates sobre a melhor forma de conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação das tradições e territórios indígenas”.

As populações indígenas continuam a enfrentar desafios para efetivação de seus direitos, como por exemplo o atendimento e acesso a serviços básicos de educação, saúde, além de outros que tem por responsabilidade o Estado Brasileiro de demarcar, proteger e fazer respeitar os seus bens (BRASIL, 1988, Cp. VIII). A luta pela preservação das línguas indígenas, saberes tradicionais e práticas culturais também faz parte do indigenismo contemporâneo, que tem construído agendas e incidências políticas para reivindicar, mas também provocar um debate na base, num processo de escuta coletiva que gera informação e formação política para

se empoderarem e atuarem de forma efetiva junto as instituições responsáveis por executar as políticas públicas.

A diversidade étnica e cultural dos povos indígenas é um patrimônio valioso que contribui para a riqueza do país. Espalhados em diversos territórios indígenas, de acordo com o Instituto Sociambiental, o Brasil tem 266 povos indígenas. A população indígena do Brasil é de 1.693.535 habitantes, o que representa 0,83% do total de brasileiros, segundo o Censo Demográfico de 2022, falante de 160 línguas, que se organizam de forma comunitária e coletiva (FUNAI, 2023). Que para (PORTELLI, 1997, p. 19) “reconhecer e respeitar os direitos dessas comunidades é essencial para construir uma sociedade mais justa e inclusiva, onde a pluralidade de culturas seja valorizada e protegida”.

O indigenismo no Brasil, portanto, continua a ser um desafio constante que reflete a busca por um equilíbrio entre desenvolvimento e preservação, respeitando a autodeterminação e os direitos humanos dos povos originários. No vocabulário Português e Latino de Raphael Bluteau publicado em Coimbra entre 1712 e 1728, o termo indígena é definido como “o contrário de estrangeiro, aquele que é natural da terra”. Com o mesmo sentido, em Bernardo de Lima e Melo Bacellar (1783, p. 120), o termo aparece simplesmente como “natural do paiz”. Já a partir de Antônio de Moraes Silva há uma predominância de uma definição ligeiramente distinta que:

natural de alguma terra, diz-se das pessoas e figura das plantas ou animais, que não foram transplantados para ela”. Ao contrário das definições anteriores, esta destacada definição enfatiza a ligação com os estudos da história natural, alinhando-se com as exposições do Padre Domingos Vieira (1873) ao definir o verbete indígena: “natural do paiz que habita, diz-se de toda a produção vegetal ou animal própria do paiz que habita, como termo da medicina, diz-se de qualquer medicamento produzido no mesmo paiz onde se usa (1990, p. 150).

A definição de Indigenismo vai além de uma simples descrição de características culturais ou étnicas. Envolve um comprometimento com a justiça social, a promoção da diversidade cultural e a luta contra formas de discriminação e exploração historicamente enfrentadas pelos povos indígenas (OLIVEIRA, 2006, p. 24). O indigenismo busca garantir não apenas a preservação das tradições, línguas e modos de vida indígenas, mas também a criação de condições para que essas comunidades possam prosperar de maneira autônoma e sustentável.

Ao longo da história, o indigenismo tem se manifestado de várias maneiras, desde movimentos sociais e políticos até a produção artística e literária que busca dar voz e visibilidade às experiências indígenas que segundo Cavalvante (2011) aponta que muitas vezes,

“o indigenismo está relacionado à luta por território, reconhecimento de direitos, acesso a recursos naturais e participação política”.

No contexto latino-americano, o indigenismo frequentemente está associado à relação entre as populações indígenas e os Estados Nacionais. O reconhecimento da diversidade étnica e cultural é fundamental para a construção de sociedades mais inclusivas e igualitárias. Políticas indigenistas bem-sucedidas devem ir além do reconhecimento simbólico, promovendo a participação ativa das comunidades indígenas na tomada de decisões que afetam diretamente suas vidas e territórios (SILVA; SILVA, 2015, p. 18).

É importante destacar que o indigenismo não é um conceito deslumbrado, mas sim um campo dinâmico que evolui em resposta às mudanças sociais, políticas e culturais. À medida que a sociedade se torna mais consciente das questões indígenas, o indigenismo também se adapta e se desenvolve para enfrentar novos desafios e buscar soluções inovadoras.

A diferenciação entre os termos "indígena" e "indigenismo" é crucial para uma compreensão mais profunda das questões relacionadas aos povos originários e suas interações com sociedades não indígenas, bem como com iniciativas governamentais e não governamentais.

O termo "indígena" refere-se aos povos nativos de uma determinada região ou território. De acordo com Baniwa (2006) essas comunidades “possuem uma ligação ancestral e profunda com a terra, compartilhando uma história, cultura, língua e tradições que são passadas de geração em geração”. A identidade indígena está intrinsecamente ligada à sua relação com o ambiente e aos conhecimentos acumulados ao longo dos séculos, marcando uma presença única e valiosa no panorama global.

Por outro lado, o termo "indigenismo" engloba um conjunto de práticas, políticas e estudos voltados para a compreensão e a promoção dos direitos dos povos indígenas. Essas iniciativas podem ser lideradas por indivíduos, organizações não governamentais, governos ou instituições acadêmicas. O indigenismo busca reconhecer e respeitar a diversidade cultural, os modos de vida e os anseios das comunidades indígenas, trabalhando para a preservação de suas identidades e para a superação de desafios historicamente enfrentados (COLLET, 2014, p. 29).

É importante ressaltar que ser "indígena" é uma condição inerente à origem de uma pessoa ou comunidade, enquanto ser "indigenista" implica em tomar ações conscientes e responsáveis em prol dos direitos e do bem-estar dos povos indígenas, é a figura de um agente que atua na linha ideológica. Dessa forma, o indigenismo pode ser praticado por indivíduos de diversas origens, incluindo membros das próprias comunidades indígenas, mas também por não

indígenas que compartilham o compromisso de contribuir para a justiça e o respeito aos direitos humanos dessas populações.

O indigenismo abrange uma gama ampla de atividades, desde a implementação de políticas públicas inclusivas até a realização de pesquisas etnográficas e antropológicas. No entanto, é essencial abordar o indigenismo com sensibilidade e respeito à autonomia dos povos indígenas, evitando práticas paternalistas ou imposições culturais que possam comprometer a integridade das comunidades, que segundo Almeida:

os povos indígenas têm desempenhado papéis fundamentais na preservação da biodiversidade, na manutenção de práticas sustentáveis e na promoção da diversidade cultural. Suas vozes são essenciais para o entendimento e a resolução de desafios contemporâneos, como mudanças climáticas, degradação ambiental e injustiças sociais. Reconhecer a singularidade das comunidades indígenas é vital para o desenvolvimento de estratégias eficazes que valorizem e protejam seus territórios, modos de vida e conhecimentos tradicionais (2010, p. 49).

O indigenismo, por sua vez, deve ser compreendido como um campo multidisciplinar que engloba não apenas a defesa dos direitos indígenas, mas também a promoção do diálogo intercultural, a pesquisa colaborativa e o respeito à autonomia dos povos originários (OLIVEIRA, 2012, p. 69). Abordagens indigenistas bem-sucedidas consideram as particularidades de cada contexto, respeitam as formas de organização social indígena e buscam parcerias que promovam o empoderamento das comunidades.

É crucial reconhecer os desafios enfrentados pelos povos indígenas, que frequentemente incluem a luta por território, acesso à educação e saúde diferenciada, além do enfrentamento do estigma e da discriminação. Conforme (RICARDO, 2000, p. 26), relata que o Indigenismo, “ao se engajar nessas questões, visa não apenas corrigir injustiças históricas, mas também criar condições para que as gerações futuras possam viver de acordo com suas tradições e aspirações”.

No entanto, é preciso compreender que o indigenismo, quando mal concebido, pode cometer em riscos como a exotização das culturas indígenas, a romantização de suas vidas e a imposição de soluções externas. Uma abordagem responsável e eficaz requer uma compreensão aprofundada das realidades locais, uma colaboração ativa com as comunidades indígenas e uma constante reflexão sobre o papel dos não indígenas nesse processo.

Portanto, a diferenciação entre "indígena" e "indigenismo" não é apenas uma questão de semântica, mas sim um princípio orientador para a construção de relações mais equitativas e respeitadas entre diferentes grupos sociais. A promoção da diversidade cultural, a garantia dos

direitos humanos e a preservação do patrimônio indígena são metas que transcendem fronteiras e beneficiam a humanidade como um todo.

1.2 História, movimento indígena e indigenismo na Amazônia.

De acordo como apresenta Moraes (2020) “a Amazônia desempenha um papel crucial no equilíbrio ambiental global, fornecendo uma rica biodiversidade, absorvendo dióxido de carbono e desempenhando um papel fundamental no ciclo da água”. Além disso, muitas comunidades indígenas vivem na região, dependendo dos recursos naturais da floresta para subsistência.

À vista disso, a preservação da Amazônia é uma preocupação global devido ao seu impacto no clima e na biodiversidade. No entanto, questões como o desmatamento, a exploração ilegal de madeira e a expansão da agricultura muitas vezes colocam em risco a integridade desse ecossistema. Governos, organizações ambientais e comunidades locais trabalham em conjunto para desenvolver estratégias de conservação e sustentabilidade na Amazônia Nacional (MORAES, 2020, p. 38).

A Amazônia Nacional se refere à parte da Floresta Amazônica que está sob controle e gestão do governo nacional do Brasil. A Floresta Amazônica é uma vasta região de floresta tropical que abrange vários países da América do Sul, sendo a maior parte localizada no Brasil. O termo "Amazônia Nacional" destaca a importância dessa região para o país e ressalta a responsabilidade do governo brasileiro em preservar e gerenciar esse ecossistema vital (BECKER, 2004, p. 60).

Já Santamarta (2000, p. 11) destaca e complementa que a Amazônia Nacional abrange à porção da Floresta Amazônica localizada dentro do território brasileiro. A Amazônia é a maior floresta tropical do mundo, abrangendo vários países da América do Sul, incluindo o Brasil, Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. No contexto brasileiro, a Amazônia Nacional é uma parte fundamental do patrimônio natural e cultural do país.

A região amazônica brasileira é caracterizada por sua biodiversidade única, incluindo uma grande variedade de espécies de plantas, animais e microorganismos, desempenhando um papel crucial na regulação do clima global, na produção de oxigênio e na manutenção do equilíbrio ambiental (MMA, 2018).

Na visão de Martins (1971, p. 56) a Amazônia Nacional é uma expressão que destaca a responsabilidade do Brasil na preservação, conservação e uso sustentável desse ecossistema único, que abriga uma rica diversidade biológica e desempenha um papel crucial na regulação climática e na manutenção do equilíbrio ambiental. O termo também pode ser empregado para enfatizar a soberania brasileira sobre essa parte da Floresta Amazônica.

Oliveira (2009, p. 50) afirma que a Amazônia Nacional não é apenas uma reserva biológica incomparável, à medida que desempenha um papel imprescindível na manutenção do equilíbrio climático global, com suas árvores majestosas, rios imponentes e ecossistemas únicos, a região amazônica atua absorvendo dióxido de carbono e produzindo oxigênio em uma escala colossal.

No entanto, a Amazônia Nacional enfrenta ameaças consideráveis, principalmente relacionadas ao desmatamento, à exploração ilegal de madeira e às atividades agropecuárias. O desafio é conciliar o desenvolvimento econômico com a preservação ambiental, garantindo que as futuras gerações possam desfrutar dos benefícios desta riqueza natural (OLIVEIRA, 2009, p. 35).

Face ao exposto, o governo brasileiro e organizações ambientais têm implementado políticas e iniciativas para proteger a Amazônia Nacional, promovendo a conscientização sobre a importância da conservação e desenvolvendo práticas sustentáveis. A colaboração internacional também desempenha um papel fundamental, visto que a preservação da Amazônia não é apenas uma responsabilidade nacional, mas um esforço global para enfrentar desafios ambientais compartilhados (BERNARD, 2005, p. 44).

Por outro lado, Pinto (2001, p. 57) expõe que a Amazônia Internacional representa a porção da Floresta Amazônica que se estende para além das fronteiras do Brasil, abrangendo vários países da América do Sul, como Peru, Colômbia, Venezuela, Equador, Bolívia, Guiana, Suriname e Guiana Francesa. Essa vasta extensão florestal compartilhada é um patrimônio global, desempenhando um papel fundamental na regulação climática e na preservação da biodiversidade em escala planetária.

A Amazônia Internacional é um tesouro natural incomparável, caracterizado por sua exuberante variedade de ecossistemas, rios majestosos e uma diversidade única de flora e fauna. Essa região não conhece fronteiras políticas em sua complexidade e interconexão, pois os rios que a atravessam e as espécies que a habitam muitas vezes se estendem para além das linhas desenhadas (PINTO, 2001, p. 47).

Varella (2004, p. 28) afirma que a conservação da Amazônia Internacional é uma responsabilidade compartilhada por todos os países que compartilham esse ecossistema

precioso. As questões relacionadas ao desmatamento, exploração de recursos naturais e mudanças climáticas requerem uma abordagem cooperativa e coordenada entre as nações envolvidas. A colaboração internacional é essencial para promover práticas sustentáveis, monitorar o desmatamento e desenvolver estratégias para enfrentar os desafios ambientais que afetam toda a região.

Na visão de Trindade (2002, p. 21) as organizações internacionais, instituições de pesquisa e governos têm buscado iniciativas conjuntas para preservar a Amazônia Internacional, reconhecendo sua importância não apenas para os países diretamente envolvidos, mas para o mundo como um todo. A conscientização global sobre a necessidade de proteger esse ecossistema crítico é crucial, pois a preservação da Amazônia tem repercussões significativas para a estabilidade climática e a diversidade biológica em escala global.

Ao abordar a Amazônia Internacional como um recurso compartilhado e vital para a saúde do planeta, as nações envolvidas podem trabalhar juntas para garantir um futuro sustentável para essa região extraordinária e para as gerações futuras. O conceito de Amazônia Internacional implica a compreensão de que as atividades em um país podem ter impactos significativos em outros, devido à interconectividade dos ecossistemas amazônicos. Portanto, a gestão sustentável, a conservação da biodiversidade e a mitigação das mudanças climáticas na região exigem uma abordagem colaborativa e coordenada entre os Estados fronteiriços (VARELLA, 2004, p. 10).

Neste contexto, a Amazônia Internacional destaca a importância de abordar as questões ambientais e de conservação em uma escala regional e global, reconhecendo que a saúde e a sustentabilidade da floresta não estão restritas a uma única nação. A cooperação entre os países que compartilham a Amazônia é crucial para enfrentar desafios como o desmatamento, a exploração de recursos naturais e as mudanças climáticas (REIS, 1982, p. 38).

Buarque (2000, p. 46) ressalta que a Amazônia é frequentemente discutida em contextos internacionais, e a cooperação internacional é promovida por meio de acordos, tratados e iniciativas que visam preservar e gerenciar esse ecossistema valioso em uma escala que ultrapasse as fronteiras nacionais.

Ainda para Buarque (2000, p. 16) a internacionalização da Amazônia, como um tópico de discussão, muitas vezes envolve debates sobre até que ponto a comunidade internacional tem o direito ou a responsabilidade de intervir em questões relacionadas à região, considerando o princípio da soberania dos Estados. A busca por soluções efetivas muitas vezes requer um equilíbrio delicado entre a preservação ambiental, os direitos das comunidades locais e o respeito à soberania nacional.

Neste contexto amazônico, diverso em sua biodiversidade, habitada por diferentes povos indígenas que ao longo das décadas foram se organizando por meio de instâncias de representatividade política para a garantia de seus direitos e preservação da vida, da floresta, dos territórios e dos recursos naturais existentes nela. Assim, de forma organizativa, os povos indígenas foram fortalecendo as lutas coletivas por meio do movimento indígena e suas organizações.

O movimento indígena se configura como a expressão ativa e coletiva dos povos indígenas em suas bases, nas aldeias, onde há uma articulação constante em busca do atendimento de suas demandas e interesses. Essa mobilização transcende o âmbito político, refletindo uma busca essencial pela melhoria da qualidade de vida dessas comunidades. Em sua essência, o movimento indígena abrange uma gama diversificada de aspectos que permeiam a existência desses povos, englobando desde a preservação de suas tradições culturais até a luta pelos direitos fundamentais que para Luciano (2006, p. 58):

Movimento indígena, segundo uma definição mais comum entre as lideranças indígenas, é o conjunto de estratégias e ações que as comunidades e as organizações indígenas desenvolvem em defesa de seus direitos e interesses coletivos. Movimento indígena não é o mesmo que organização indígena, embora esta última seja parte importante dele. Um indígena não precisa pertencer formalmente a uma organização ou aldeia indígena para estar incluído no movimento indígena, basta que ele comungue e participe politicamente de ações, aspirações e projetos definidos como agenda de interesse comum das pessoas, das comunidades e das organizações que participam e sustentam a existência do movimento indígena, neste sentido, o movimento indígena brasileiro, e não o seu representante ou o seu dirigente. Existem pessoas, lideranças, comunidades, povos e organizações indígenas que desenvolvem ações conjuntas e articuladas em torno de uma agenda de trabalho e de luta mais ou menos comum em defesa de interesses coletivos também comuns

Carneiro da Cunha (1992, p. 48) cita que o termo "movimento indígena" se refere a uma organização coletiva e a ações coordenadas realizadas por grupos indígenas em busca de reconhecimento, defesa de direitos, preservação de suas culturas, territórios e recursos, e participação ativa na tomada de decisões que afetam suas comunidades. Este movimento é uma expressão da mobilização política e social das populações indígenas em todo o mundo.

O movimento indígena envolve a busca por justiça social, direitos territoriais, respeito à autodeterminação, preservação da língua e da cultura, além do enfrentamento de questões relacionadas à discriminação, deslocamento forçado, violência e impactos adversos de atividades industriais, como extração de recursos naturais. Os objetivos específicos do movimento indígena podem variar de acordo com o contexto histórico, cultural e geográfico, como destaca Cunha:

Reconhecimento e Respeito: Busca pelo reconhecimento formal de suas identidades culturais, direitos históricos e territórios ancestrais, além do respeito à diversidade cultural; Participação Política: Busca por participação ativa na tomada de decisões que afetam suas comunidades, tanto a nível nacional quanto local, com ênfase em políticas que envolvem seus territórios e recursos naturais; Preservação Ambiental: Defesa dos territórios indígenas como espaços fundamentais para a preservação da biodiversidade e dos ecossistemas, muitas vezes em oposição a práticas que ameaçam o meio ambiente, como desmatamento e exploração de recursos naturais; Autodeterminação: Busca pelo direito à autodeterminação, permitindo que as comunidades indígenas tomem decisões sobre seu próprio desenvolvimento, de acordo com suas tradições e valores; Direitos Humanos: Luta contra violações de direitos humanos, discriminação e marginalização enfrentadas pelas comunidades indígenas (1992, p. 31).

Na visão de Santos (2002, p. 35), o movimento indígena é dinâmico e pode assumir diferentes formas, desde protestos e manifestações até a participação em processos políticos formais e a colaboração com organizações não governamentais e outros grupos da sociedade civil. À vista disso, o objetivo geral é assegurar que os direitos e interesses das populações indígenas sejam reconhecidos e respeitados em todas as esferas da sociedade.

Os movimentos indígenas buscam, muitas vezes, combater a discriminação, promover a justiça social, proteger os direitos territoriais, preservar a cultura e garantir a participação significativa das populações indígenas nas decisões que afetam suas vidas. Estes movimentos podem adotar diferentes formas de atuação, desde protestos e manifestações até o engajamento em processos políticos e institucionais (BRAGA, 2005, p. 60).

Bicalho (2011, p. 48) afirma que o movimento indígena desempenha um papel crucial na promoção da diversidade cultural, na proteção dos direitos humanos e na construção de sociedades mais inclusivas e equitativas. No entanto, a natureza e objetivos específicos dos movimentos indígenas podem variar consideravelmente de acordo com as circunstâncias culturais, sociais e políticas específicas de cada comunidade, região e contexto social e político.

Daniel Mundurucu (2006, p. 59) fala sobre o conceito de movimento indígena, destacando que nessa diversidade de povos e do contexto social e político é importante também dizer que, além de "movimento indígena", outra terminologia que poderia ser usada para é "índios em movimento", pois esse carrega consigo uma perspectiva relevante, uma vez que no Brasil há uma diversidade de movimentos e não se configura num único movimento indígena unificado. Na realidade, existem diversos movimentos indígenas, cada qual representando as particularidades e demandas específicas de suas respectivas aldeias, povos ou territórios indígenas. Cada aldeia, com suas características únicas, estabelece e desenvolve seu próprio movimento, refletindo uma multiplicidade de vozes, culturas e aspirações que contribuem para

a rica tapeçaria da diversidade indígena no país. Essa perspectiva mais ampla reconhece a autonomia e a diferença dos movimentos, destacando a importância de compreender as diferenças individuais de cada comunidade indígena em sua busca por justiça, preservação cultural e respeito aos seus direitos.

O movimento indígena é uma expressão poderosa de resistência, reivindicação e preservação das identidades culturais de populações originárias em todo o mundo. Surgindo em resposta a séculos de marginalização, discriminação e perda de territórios, esses movimentos cumprem um papel na luta por justiça social, direitos humanos e sustentabilidade ambiental (SANTOS, 2002, p. 39).

Na essência do movimento indígena está a busca pela afirmação dos direitos fundamentais das comunidades indígenas, na qual inclui a defesa dos direitos territoriais, frequentemente ameaçados por atividades como exploração de recursos naturais, expansão agrícola e infraestrutura. O reconhecimento e a proteção desses territórios não são apenas uma questão de justiça, mas também de preservação ambiental e cultural, pois para os povos indígenas a terra não é somente um espaço geográfico, mais sim um lugar que está interligado com sua cosmologia, existência, e muitas vezes as práticas tradicionais das comunidades indígenas estão intrinsecamente ligadas à sustentabilidade (BICALHO, 2011, p. 20).

Conforme Verdum (2020, p. 62), o movimento indígena também busca aumentar a representação política das comunidades indígenas em diferentes esferas de governo, à medida que a participação ativa na tomada de decisões é vista como uma estratégia essencial para garantir que as políticas públicas respeitem e considerem as necessidades específicas dessas populações. Essa busca por representação política contribui para a construção de sociedades mais inclusivas e democráticas.

É importante destacar que o movimento indígena não é homogêneo. As lutas, aspirações e estratégias variam entre as diferentes comunidades indígenas em todo o mundo, influenciadas por contextos culturais, históricos e políticos distintos. No entanto, todos compartilham o objetivo comum de reafirmar a dignidade e os direitos das populações indígenas, contribuindo assim para um mundo mais justo e respeitoso com a diversidade cultural e étnica (BANIWA, 2007, p. 20).

Assim como o movimento indígena, o indigenismo não é uma abordagem única ou homogênea, e as estratégias podem variar em diferentes contextos regionais e culturais. Em muitos países, o indigenismo está associado a movimentos sociais, organizações não governamentais e políticas públicas que buscam reconhecer e enfrentar as questões enfrentadas pelos povos indígenas. Esta afirmativa de Favre é também destacada por Landa que diz que

“indigeníssimo está associado a movimentos sociais, organizações não governamentais e políticas públicas que buscam não apenas corrigir injustiças históricas, mas também construir um futuro mais justo, inclusivo e respeitoso da diversidade cultural e étnica em contexto global (FAVRE, 1998, p. 26).

Favre (1998, p. 33) considera o indigeníssimo como um conjunto de ideias, práticas e políticas voltadas para o reconhecimento, respeito e promoção dos direitos dos povos indígenas. Essa abordagem abrange diversas dimensões, incluindo questões culturais, sociais, políticas e econômicas, e busca confrontar os desafios históricos e contemporâneos enfrentados pelas comunidades indígenas em todo o mundo.

Assim, o indigenismo reconhece a riqueza das culturas indígenas, valorizando suas línguas, tradições, práticas espirituais, modos de vida, organização social, de modo a implicar o respeito e a preservação da diversidade cultural dessas comunidades. Muitas iniciativas indigenistas concentram-se na proteção e reconhecimento dos direitos territoriais das comunidades indígenas, na qual envolve garantir a posse, o controle e o uso sustentável de suas terras ancestrais (OLIVEIRA, 1998, p. 53).

Oliveira (1998, p. 18) enfatiza que o indigenismo é um movimento cultural e político que destaca a valorização e reconhecimento das culturas indígenas. Embora tenha surgido em diversos contextos e em diferentes formas ao longo da história, é importante notar que o indigenismo não é estritamente ligado ao nacionalismo ou à construção de nações.

Na América Latina, o movimento indigenista teve destaque no século XX, especialmente após a Revolução Mexicana (1910-1920). O movimento buscava a valorização da identidade e dos direitos dos povos indígenas diante da marginalização e discriminação que muitos deles enfrentavam. Portanto, enquanto o indigenismo, em seu núcleo, busca o reconhecimento e a promoção das culturas indígenas, é importante examinar como ele é interpretado e utilizado em diferentes contextos, pois pode estar sujeito a apropriações e manipulações políticas (BARTOLOME; ROBINSON, 1981, p. 27).

Para Pacheco (2000, p. 50), em certos contextos, os povos indígenas foram instrumentalizados como símbolos de uma suposta autenticidade cultural que serviria como base para a construção de uma identidade nacional. Nesses casos, o indigenismo poderia ser associado a uma forma de populismo, onde a figura do indígena é explorada para promover uma agenda política específica.

Uma das questões centrais do indigenismo é a defesa dos direitos territoriais, muitos povos indígenas têm uma ligação inseparável com suas terras ancestrais, e o indigenismo busca garantir o reconhecimento, a posse e o controle desses territórios, enfrentando ameaças como a

exploração de recursos naturais, a expansão agrícola e outras atividades que impactam negativamente o meio ambiente e os modos de vida tradicionais (PACHECO, 2000, p. 63).

Na visão de Landa (2006, p. 22) em âmbito social e econômico, o indigenismo aborda disparidades enfrentadas por essas comunidades. Iniciativas buscam melhorar o acesso a serviços básicos, como educação e saúde, e criar oportunidades econômicas que respeitem os modos de vida tradicionais.

Garcia (2003, p. 15) conceitua o indigenismo, em sua essência, a partir de uma expressão de resistência e busca pela justiça social, envolvendo a luta contra a discriminação, a estigmatização e a marginalização históricas que muitas vezes foram infligidas aos povos indígenas. Além disso, promove o diálogo intercultural, incentivando a compreensão mútua entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente.

Em muitos países, o indigenismo está associado a movimentos sociais e a organizações não governamentais que trabalham em conjunto com os povos indígenas para enfrentar os desafios contemporâneos e construir um futuro em que a diversidade cultural e os direitos humanos sejam respeitados e protegidos (LANDA, 2006, p. 21).

O indigenismo está intrinsecamente associado à resistência contra os processos de assimilação cultural. Essa abordagem implica em salvaguardar as práticas culturais tradicionais, atuando como uma barreira contra a perda irreparável da identidade indígena, frequentemente ameaçada pela influência de culturas dominantes. Para isso, o indigenismo fomenta o diálogo e a compreensão mútua entre as comunidades indígenas e a sociedade envolvente, visando uma coexistência mais harmoniosa, sendo um elo que fortalece a autodeterminação e autonomia dos povos indígenas. Ao valorizar a diversidade e preservar as tradições, o indigenismo não apenas defende a autonomia cultural dos povos indígenas, mas também busca construir pontes de entendimento que contribuam para uma convivência mais justa entre as distintas culturas que coabitam um mesmo espaço.

Ao abordar as disparidades sociais e econômicas, o indigenismo emerge como uma busca por melhorar significativamente o acesso das comunidades indígenas a serviços essenciais, tais como educação e saúde, assim como a oportunidades econômicas sustentáveis. Este movimento não apenas visa corrigir desequilíbrios históricos, mas também promover uma maior equidade social para as populações indígenas. A resistência à assimilação cultural desempenha um papel integral nesse contexto, sendo uma faceta fundamental desse movimento. A preservação das práticas culturais tradicionais é considerada um elemento crucial na luta contra a homogeneização cultural e na preservação da identidade única de cada comunidade indígena. Ao reconhecer e respeitar essas tradições, o indigenismo contribui não apenas para a

preservação da rica herança cultural desses povos, mas também para o fortalecimento de suas bases sociais, econômicas e identitárias, impulsionando a construção de sociedades mais inclusivas e sustentáveis.

CAPÍTULO II

MOVIMENTO INDÍGENA E INDIGENISMO NO MÉDIO SOLIMÕES

Neste capítulo, abordamos a respeito do movimento indígena e o indigenismo vigente na região do Médio Solimões, no estado do Amazonas, buscando contextualizar e descrever o papel e as ações das lideranças indígenas e como as relações entre essas lideranças, as organizações indígenas e as instituições indigenistas foram estabelecidas ao longo do tempo para a formação de uma rede de diálogos. Pretende-se, ainda, propor uma análise e abordagem acerca dos movimentos de luta indígena e suas organizações.

O rio Solimões foi um dos principais trajetos percorridos pelos primeiros exploradores europeus que visitaram e conheceram a Amazônia. Diversos cronistas que estavam presentes nas expedições realizadas durante os séculos XVI e XVII descreveram as diferentes comunidades indígenas que ocupavam as margens do rio. A presença indígena no território amazônico, antes da colonização, era definitivamente marcante e significativa. No entanto, nos séculos seguintes, ocorreram os primeiros deslocamentos desses povos originários.

A chegada dos portugueses causou um impacto devastador na dinâmica de vida dos indígenas. Os colonizadores trouxeram inúmeras doenças que transformaram os índios em alvos de “expedições punitivas” e “tropas de resgate” quando já estavam à beira do estágio de dizimação. Além disso, deram início a um processo de dominação e extermínio dos povos indígenas, para tomarem posse de seus territórios. Tal processo ganhou força através do incentivo às guerras entre povos rivais. Naquela época, os europeus notaram as desavenças entre os diversos grupos étnicos locais e beneficiaram-se da fragilidade social e política dos povos indígenas. Foi somente a partir dessa trágica experiência, que esses povos decidiram superar as diferenças e rivalidades para se unirem a fim de lutar em conjunto por seus direitos.

Além disso, em outro momento histórico, segundo Faulhaber (1997), os povos indígenas do Médio Solimões tiveram que participar da dinâmica do “trabalho escravo” desde o início da exploração da borracha na Amazônia. Diversas etnias enfrentaram diretamente as adversidades resultantes das exigências do mercado internacional, nas quais foram responsáveis por inúmeros desastres não apenas em relação à Amazônia, mas também à população.

Os povos indígenas resistiram a todo o processo de dominação, massacre e colonização portuguesa, e depois ao avanço dos seringais, em busca de reassumir as suas próprias vidas e interesses, assim, dando início a construção de uma nova história. A partir da década de 1970, as mais diversas etnias indígenas começaram a estabelecer suas organizações representativas a

fim de fazerem frente as articulações com outros povos e com a sociedade nacional e internacional. A articulação e ligação entre essas organizações constituem hoje o chamado movimento indígena (LUCIANO, 2013).

O movimento foi capaz de reunir diversos grupos étnicos, que deixaram de lado as suas diferenças e conflitos históricos para lutar por um ideal em comum: a defesa dos seus direitos à educação, saúde e territórios. Nessa conjuntura, podemos afirmar que a organização do movimento indígena promoveu o início da consciência de luta.

Em seus primórdios, o movimento indígena, por meio das Assembleias Indígenas, trazia para o debate a diversidade, pois era responsável por reunir povos de diferentes estados brasileiros, para encontros que discutiam desde os problemas locais de cada aldeia até questões mais amplas e genéricas, como a posse e delimitação de terras, insatisfação com a política tutelar, entre outros (COSTA; COSTA, 2018).

As assembleias tornaram-se a principal ferramenta para a mobilização do movimento indígena e eram comumente realizadas nas comunidades com a presença de lideranças indígenas a frente. Essas lideranças contavam com a assistência e cooperação dos membros do Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que ligado à CNBB (Conferência Nacional dos Bispos do Brasil), teve um papel fundamental ao redefinir a abordagem da igreja católica em relação aos povos indígenas através de sua atuação missionária. Sua fundação em 1972, durante o auge da Ditadura Militar, coincidiu com uma época em que o Estado brasileiro estava concentrado em grandes projetos de infraestrutura e defendia abertamente a integração dos povos indígenas à sociedade majoritária como a única perspectiva válida.

O Cimi buscou promover a cooperação entre aldeias e povos, e que atuou firmemente no desenvolvimento do movimento indígena local, a fim de auxiliar os projetos de vida dos povos da região do Médio Rio Solimões, promovendo ações voltadas para as áreas jurídicas, políticas públicas, organização social, entre outros.

Em suas memórias sobre este período, o indigenista e professor Benedito do Espírito Santo Pena Maciel, Graduado em História e com mestrado e doutorado em Sociedade e Cultura na Amazônia pela Universidade Federal do Amazonas. Sua expertise inclui História e Antropologia, com ênfase em história indígena, indigenismo, antropologia indígena e história amazônica relata que:

O contexto da política indigenista, naquele período, bem... estou falando dos anos 90, era de fato um período bem... de um lado, tinha um avanço significativo que foi a Constituição de 1988 que deu aos índios a condição de lutar pelos seus territórios [...] e deu ao estado brasileiro, cinco anos para demarcar todas as terras indígenas brasileiras. Então, eu cheguei em Tefé nesse contexto da luta para que o estado

brasileiro cumprisse essa determinação da própria Constituição, que era de demarcar todos os territórios indígenas, isso até 1993 motivava e intensificava muitos trabalhos de identificação, mas sempre tinha alguns problemas e limites que eram justamente a fragilidade da FUNAI. A FUNAI com pouquíssimos servidores, fragilizada, desmoralizada e desmotivada, ou seja, não conseguia fazer as atuações necessárias... então a equipe do CIMI e o CIMI como um todo, acabou realizando, por vezes, alguns trabalhos para suprir essa carência. Uma vez até a FUNAI pediu a parceria do CIMI, da equipe de Tefé, para fazer anuência da demarcação da terra indígena Maku, que é entre o Japurá e o rio Negro. E aí eu... com um grupo de índios Kambeba, outros índios Kanamari, fomos para fazer esse relatório. Fizemos e mandamos para FUNAI e finalmente depois foi demarcado como área integral juntando os índios Maku do Japurá com os índios Maku do Rio Negro. (Benedito do Espírito Santo Pena Maciel – entrevista concedida em 28.01.2024)

Na década de 1990, as assembleias englobavam as comunidades indígenas nas vastas localidades do Médio Solimões. Podemos citar, como exemplo, a assembleia realizada pelas etnias Kanamari, Maku e Miranha no ano de 1992, onde as lideranças das etnias reuniram-se com a finalidade de fortalecer a sua organização. Conscientes da importância de seus papéis, as lideranças indígenas reconheceram a necessidade de expandir o movimento indígena do Médio Solimões para conseguirem atender às demandas de todos os grupos indígenas locais. Dessa maneira, o movimento indígena, a partir da necessidade de firmar sua autonomia e expandir-se, teve que ir além das fronteiras, saindo dos encontros esporádicos nos quais reuniam poucas aldeias para as assembleias (MACEDO, 2021).

A participação assídua no movimento motivou as lideranças indígenas a buscarem por mais conhecimento jurídico, para garantir uma melhor qualidade de vida a suas comunidades. Nesse encadeamento, podemos afirmar que essa atuação efetiva no movimento indígena foi o ponto chave para que as lideranças indígenas tenham adquirido uma consciência crítica na luta por seus direitos e de suas comunidades.

O movimento indígena no Médio Solimões destaca-se por ter sido de caráter político e étnico, visto que promoveu o fortalecimento de diversas comunidades, que passaram a exigir o reconhecimento dos órgãos governamentais enquanto coletividades indígenas. Como resultado, a partir do final da década de 1970, o número de indivíduos que se autodeclararam e reivindicaram o reconhecimento de suas comunidades como indígena aumentaram significativamente, como podemos observar nos trabalhos de (MACEDO, 2021).

Os povos indígenas estiveram inseridos, por muito tempo, em um contexto no qual eram considerados como povos sem história. Contudo, como fruto de suas lutas e resistências, as suas histórias se firmam a cada dia, pela variedade dinâmica desses povos, que mesmo com o desaparecimento de algumas culturas, houve inserção, reagrupamento e surgimentos de novos povos e novos costumes, preservando sua dinamicidade até os dias atuais.

De acordo com dados do IBGE, na região do Médio Solimões, cerca de 10.243 pessoas se identificaram como indígenas no ano de 1991. Posteriormente, em 2000, os dados apontam a existência de aproximadamente 16.280 indígenas na região. No ano de 2010 esse número foi de 14.442 pessoas. No início do século XXI, verificou-se um crescente aumento no número de indivíduos que se autodeclararam como indígenas, assim constatando que o processo de etnogênese dos povos habitantes da região do Médio Solimões permanece até os dias de hoje.

O processo de etnogênese implica uma mudança na cultura e na identidade tanto de indivíduos quanto de comunidades diante de influências que vêm tanto de dentro quanto de fora. Para os povos indígenas, essa transformação pode ser moldada por suas próprias crenças e tradições ou pelas pressões da colonização. Nas comunidades coloniais, uma variedade de grupos políticos e étnicos se reúnem, sendo classificados como cristãos, aldeados e aliados, e precisam ajustar suas estruturas sociais, espaciais e de liderança em resposta a essas influências (PAIVA, 2009).

O processo de reconhecimento étnico e territorial dos povos indígenas na região do Médio Solimões representa não apenas um desafio para o movimento indígena em sua busca por atendimento e satisfação de demandas, mas também evidencia a resistência por parte das instituições governamentais em oferecer suporte a essas comunidades. As aldeias, que almejam o reconhecimento oficial do Estado para terem acesso a serviços básicos, como saúde e educação, enfrentam além das complexidades inerentes ao processo de reconhecimento étnico, mas também a relutância por parte das instituições governamentais em atender às suas necessidades fundamentais.

Segundo o Plano Distrital de Saúde indígena do Distrito Sanitário Especial Indígena do Médio Rio Solimões e Afluentes (DSEI-MRSA, 2024), a população indígena desta região é aproximadamente 22.839 habitantes, distribuída em 191 (cento e nove e um) aldeias, dividida em 23 (vinte e três) etnias sendo elas: Apurinã, Arara Vermelha, Baniwa, Deni, Kaixana, Kambeba, Kanamari, Katawixí, Katukina, Kokama, Madja Kulina, Maku Nadëb, Makuxi, Mayoruna, Miranha, Mura, Sateré-Mawé, Ticuna, Tukano e Wapixana.

O exercício do movimento indígena no Médio Solimões desempenhou um importante papel na construção de uma aliança entre os diferentes grupos indígenas, assim encorajando-os a se reafirmar etnicamente e sair de uma situação na qual estiveram submetidos durante todo o processo de dominação da região pelos portugueses, que se apropriaram de sua mão de obra de maneira exploratória. Em outras palavras, o movimento é visto como um marco na mobilização e afirmação desses povos. Dentre os grupos submetidos ao silenciamento imposto pela colonização no Médio Solimões, mas que, no entanto, se afirmaram nas últimas décadas do

século XX estão os Kambeba, que possuem forte presença na região Amazônica, constatada nas crônicas dos primeiros viajantes europeus que percorriam o rio Solimões como Frei Gaspar de Carvajal, Cristobal de Acuña, Frei Laureano de La Cruz e Maurício de Heriarte.

A respeito da etnia Kambeba, Macedo (2021) afirma que o movimento indígena no Médio Solimões foi essencial para a organização dessa etnia enquanto coletividade, visto que, por um longo período, o principal centro político administrativo do movimento indígena local foi no município de Marãa, na comunidade Jaquiri, dos Kambeba.

Sobre este período, o entrevistado Tomé Fernandes Cruz (liderança indígena do povo Kambeba, da aldeia Jaraqui e membro da diretoria da UNIPI-MRSA), relata sobre as suas memórias deste período que:

No primeiro momento eu comecei a atuar desde a década de 80, quando eu era jovem. Somente a partir de 1985, eu comecei a atuar diretamente no movimento indígena, e a partir daí eu vim conhecendo vários momentos da história do movimento. Nos primeiros momentos, tínhamos como pilar de luta a questão de demarcação das terras, o reconhecimento e a afirmação dos povos como indígenas. Eram vários parentes que naquela época começaram o processo de reconhecimento, como por exemplo os Miranha, Kamberra, Tikuna e Mayorina. Nos conhecíamos e nos encontrávamos nas reuniões e assembleias. (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

O depoimento do senhor Tomé Fernandes Cruz confirma a ideia, já citada anteriormente, de que o movimento indígena deu um passo crucial para que os povos indígenas conquistassem seus direitos e se reorganizassem tanto socialmente quanto territorialmente, além de apontar o protagonismo dos Kambeba no movimento indígena local. De acordo com Maciel “As reuniões eram realizadas ora em Jaquiri, ora em Tefé, no escritório da Pastoral, mas neste que naquele, contudo, o centro político do Movimento era a aldeia Jaquiri, pertencente ao grupo Kambeba” (2009, p. 115).

Atualmente, os Kambeba estão organizados de maneira autoafirmativa e sociopolítica, após um longo processo de reafirmação étnica, buscando a reivindicação de seus direitos territoriais direitos à saúde e à uma educação diferenciada. A educação escolar praticada na comunidade dos Kambeba, possui uma função essencial de trabalho e valorização de elementos culturais (Macedo, 2021).

2.1 Lideranças indígenas e suas organizações

De acordo com as análises anteriores, o movimento indígena representa um marco histórico na dinâmica de vida dos povos indígenas, pois, pela primeira vez, os indígenas de

diversas etnias e regiões entraram em processo de união e luta contra os colonizadores que além da apropriação de territórios, cometeram inúmeras atrocidades contra esses povos. Neste subtópico, analisamos o desenvolvimento das organizações indígenas e o papel das lideranças indígenas no processo de enfrentamento político.

A maneira como um povo ou uma comunidade indígena estabelece seus trabalhos, sua luta e sua vida coletiva é descrita como organização indígena. Toda comunidade indígena possui suas organizações, isto é, uma comunidade é em si mesma uma organização social própria, assim como toda organização é uma necessidade comunitária, devido ao fato de que a convivência coletiva somente é harmônica quando se existe organização interna, nem que seja mínima. São através delas que os planos, as metas e ações a serem instituídas são definidos, bem como a divisão de tarefas e responsabilidades (LUCIANO, 2006).

A mobilização dos indígenas iniciou em meados da década de 1970, à medida que as lideranças indígenas partiram para além dos campos de ação de suas próprias comunidades, pois, até então, as comunidades indígenas concentravam-se unicamente em suas próprias necessidades e resolviam apenas as demandas em nível local, sem qualquer tipo de envolvimento com as questões políticas de comunidades fora de suas fronteiras.

Os povos indígenas se sistematizaram em diversas formas de organização: associações, conselhos, organizações indígenas, cooperativas, com o objetivo de alcançar os direitos garantidos em lei, além de atuar com a pluralidade de agentes da configuração indigenista. As formas variadas de associativismo indígena são expressas também na especificidade que engloba: uma população indígena específica ou diversas etnias articuladas, uma determinada organização ou localização geográfica, por função ou categorias trabalhistas (TAVARES, 2012).

A maioria das organizações indígenas situa-se na Amazônia Legal. Antes de 1988, havia apenas dez organizações – no Alto e Médio Solimões, Manaus, Alto Rio Negro e Roraima. Atualmente, esse número aumentou para 347 nos Estados da Amazônia. Tal crescimento é resultado da consolidação da configuração política indígena. As organizações se tornaram ferramentas de representação política para o requerimento de direitos territoriais e serviços básicos de atenção à saúde e educação (MONAGAS, 2006).

Na região do médio Solimões, durante as décadas de 1960 a 1990, a Igreja Católica, por intermédio do Movimento de Educação de Base (MEB) e as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), realizou uma ação de organização das comunidades, para permitir o ajuntamento em unidades políticas dos povos dispersos pelas calhas dos rios. O trabalho educativo da Igreja a partir de outros movimentos sociais como a Comissão Pastoral da Terra (CPT) e Conselho

Indigenista Missionário (CIMI) também proporcionaram importantes mudanças organizacionais no Médio Solimões, além de ter contribuído para o surgimento e organização de outros movimentos e organizações (OLIVEIRA; RAPOZO, 2023).

A respeito da atuação do CIMI, o entrevistado Tomé Fernandes Cruz, indígena da etnia Kambeba, relata que:

O CIMI nos deu grande apoio, foi um parceiro na época. É muito importante o instrumento de articulação, apoio financeiro, e também, a mobilização com as comunidades. As comunidades também já davam a sua contrapartida nas viagens e nas atividades. E assim, o movimento foi se fortalecendo na região do Médico Solimões, entendeu? (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

Já nas palavras de Benedito do Espírito Santo Maciel:

Foi o trabalho do CIMI principalmente que foi decisivo nessa questão... primeiro de... tirar os índios de um silêncio histórico na região, onde eles não eram vistos como índios, não eram aceitos como índios porque às vezes não falavam as línguas indígenas... porque às vezes usavam a roupa comum dos brancos... eram pessoas pobres que viviam nas comunidades dependente do comércio do regatão. Então, o trabalho do CIMI e de outras entidades, tirou a população pobre dessa situação e projetaram, digamos assim, um movimento de organização política e um movimento de afirmação de identidade, que justamente vai mudar a realidade social e organizacional da região do médio Solimões e do Japurá. Eu acho que... nesse sentido... que o CIMI foi realmente decisivo. (Benedito do Espírito Santo Maciel – entrevista concedida em 28.01.2024).

O Conselho Indigenista Missionário (CIMI), que já atuava desde a década de 1970 por meio da Pastoral Indigenista da Prelazia de Tefé, deu apoio a criação da União das Nações Indígenas de Tefé (UNI-Tefé), assim, fortalecendo o movimento indígena na região. A UNI-Tefé, criada em 1989 a partir do esforço dos indígenas da região para unificarem as lutas no Médio Solimões, representa uma das primeiras organizações indígenas e estava ligada à Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (COIAB) (OLIVEIRA; RAPOZO, 2023).

Posteriormente, em 1993, a UNI-Tefé tornou-se uma organização juridicamente reconhecida. Nesse mesmo ano, a primeira assembleia da UNI-Tefé foi realizada entre 11 a 16 de março, na aldeia de São Pedro, reunindo cerca de 120 representantes dos povos Miranha, Ticuna, Kokama, Mayoruna e Kanamari de 16 aldeias dispersas no Médio Solimões e Japurá, para o debate a respeito da eleição da Coordenação Executiva e do Conselho Fiscal da organização, apresentação dos coordenadores locais determinados pelas aldeias, aprovação da

proposta de Estatuto, entre outras (MACEDO, 2021). Nesse sentido, o que o autor afirma vai ao encontro as falas Tomé Fernandes Cruz. O mesmo diz que:

Em 1992 que aconteceu a assembleia, onde a qual, a UNI-Tefé foi legitimada, oficialmente como movimento indígena. Mas antes disso já havia esse movimento, onde a qual já se discutia a terra, que era questão de demarcação das terras e saúde e educação. Então isso era uma das coisas que a gente já vinha trabalhando. (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

Discutiu-se ainda, nessa assembleia, problemas como a invasão dos garimpeiros, caçadores e peixeiros na região do Mapari e da presença de brancos nos territórios indígenas. A partir da preocupação dos indígenas com a demarcação de suas terras, foi elaborado um documento exigindo a imediata homologação e demarcação de todos os territórios do Médio Solimões, Japurá e de todo o Brasil, em conformidade com o prazo definido pela Constituição Federal. Além disso, os índios Miranha e Kanamari foram responsáveis pela composição de uma nova comissão, onde seis índios foram escolhidos para assumir e promover os trabalhos da organização indígena no Japurá, até então, realizados pela UNI-Tefé.

A UNI-Tefé consistiu em uma entidade sem fim lucrativo e sem vínculos com partidos ou instituições religiosas, que deu forças ao projeto de autonomia do movimento indígena local, que antes dependia financeiramente da Prelazia de Tefé. Indubitavelmente, a organização, juridicamente reconhecida, facilitou o desempenho de parcerias com diversos órgãos governamentais e com a sociedade. Dentre as ações administrativas realizadas pela UNI-Tefé destacaram-se as viagens de articulação, realizadas quando as lideranças indígenas precisavam reunir-se em encontros regionais, bem como as viagens de articulação local, feitas nas regiões nas quais a organização abrangia, como as aldeias presentes dos rios Japurá, Jutaí e Juruá (MACEDO, 2021).

A partir de 1999, assinou convênio com a Fundação Nacional de Saúde (FUNASA), e passou a gerir a política de atenção primária de saúde indígena na região do Médio rio Solimões e seus afluentes, realizando atendimentos a um total de treze municípios na época (Carauari, Coari, Envira, Eirunepé, Fonte Boa, Ipixuna, Itamarati, Japurá, Juruá, Jutaí, Maraã, Tefé e Uarini). No entanto, sem o devido acompanhamento da Funasa, encontrou enormes dificuldades para gerir o convênio, assim tendo que encerrar as suas atividades em 2008 (OLIVEIRA; RAPOZO, 2023).

O encerramento da UNI-Tefé gerou um enfraquecimento no movimento indígena da região e novas ações precisaram ser traçadas para continuar a cooperação com os povos indígenas. A vista disso, a União dos Povos Indígenas do Médio Solimões (UNUPI/MRSA) foi

criada em 2008, na tentativa de dar continuidade às atividades da UNI-Tefé, porém, atualmente, está focado no atendimento de pautas coletivas.

A UNIPI-MRSA manteve a diretoria participativa da UNI-Tefé e consistiu em um agente social importante na elaboração e desenvolvimento de políticas públicas direcionadas a educação escolar. Possuem representatividade frente ao Estado, tratando sobre pautas referentes aos povos indígenas da região do Médio Solimões.

Apesar de sua capacidade de mobilização ter sido fragilizada, ao longo dos anos, a UNIPI-MRSA buscou reforçar o processo de desenvolvimento e acompanhamento das lideranças indígenas em união com a Articulação dos Povos Indígenas do Brasil (APIB), o CIMI, a COIAB e FOREIA, a fim de garantir a visibilidade da luta dos povos indígenas por seus territórios, além do reconhecimento étnico e conquista de direitos. Os líderes indígenas, através da nova organização, tentaram reestruturar a articulação anterior entre os órgãos governamentais responsáveis pela assistência política dos povos indígenas, como a Fundação Nacional do Índio, a Secretaria Especial de Saúde Indígena e o CIMI.

A UNIPI-MRSA sofreu um processo de expansão e começou a abranger mais municípios do que a antiga e já extinta UNI-TEFÉ. Essa nova ampliação acabou se constituindo em um grande desafio, uma vez que, devido a vasta extensão geográfica, o atendimento a todas as aldeias ficou mais difícil de ser cumprida. Apesar disso, a UNIPI-MRSA manteve-se empenhada em continuar as ações de articulação e mobilização dos povos indígenas do Médio Solimões.

Nos dias atuais, é responsável pela representação de dezessete etnias, que consiste nos Arara, Awa-Kanoeiro, Deni, Maku, Kaburi, Kukina, Kokama, Katukina, Kaixana, Kaxinauá Kambeba, Kanamari, Mayoruna, Miranha, Mura, Tikuna e, por fim, os Tucano, dentre os quais estão espalhados em 64 terras e 150 aldeias. A UNIPI-MRSA abrange cerca de 14 municípios, sendo ao todo, aproximadamente 10.500 indígenas (MACEDO, 2021).

Dentre esse processo de ocupação de espaços políticos também é importante ressaltar a respeito da participação feminina, que ganhou protagonismo em meio a organização das reuniões e tomadas de decisões, promovendo, assim, uma maior voz e representatividade feminina dentro do movimento indígena. A participação das mulheres indígenas era restrita, não havendo nenhum tipo de liberdade para se expressarem politicamente.

No que diz respeito ao processo de organização do movimento indígena feminino na região do Médio Solimões, a líder Ercilia da Silva, relata como era a participação das mulheres:

[...] Nos anos 80 se tinha a UNI-TEFÉ [...], era uma organização referência daqui do Amazonas, conduzida por homens e dentro dessa organização indígena tinha apenas

uma representação de mulheres, onde a mulher era dominada pela coordenação de homens que era maciça e ela ficava somente com o nome no documento, na ata de eleição, assim então não tinha autonomia nenhuma (Ercilia Vieira da Silva, Tikuna, entrevista concedida em 2022).

A trajetória histórica da articulação indígena feminina no movimento do Médio Solimões é marcada por muitos desafios, conquistas e superações, estando atualmente inseridas em meio as estruturas políticas, através da ruptura de narrativas machistas onde a mulher era enxergada apenas como ouvintes e incapazes de participar politicamente em cargos do movimento indígena. A liderança indígena Ercilia cita os desafios de ser mulher e participar ativamente do movimento:

Nosso maior desafio dentro dessa criação foi de ser mulher, pois sofremos preconceitos e discriminação dos homens que já eram acostumados com o título de liderança e eles começaram a tentar a nos intimidar dizendo que nós não tínhamos capacidade, que mulher não tinha capacidade, que jovem não tinha capacidade, porque na época eu tinha 24 anos, e diziam que a gente não tinha capacidade de dirigir uma organização assim, e a gente começou a ser perseguida pelos próprios indígenas que eram lideranças nossas, lideranças que eram vistas de forma como se fosse as únicas podiam nos representar (Ercilia Vieira da Silva, Tikuna, entrevista concedida em 2022).

As mulheres indígenas sofreram com o forte preconceito não apenas relacionado a inserção e ocupação de cargos políticos, mas também em seus espaços de vivências em suas próprias aldeias. A participação feminina foi obrigada a buscar outras alternativas que fossem capazes de pautar seus interesses e necessidades. Nesse contexto, Ercilia da Silva cita que:

Ser mulher é carregar o mundo nas costas e no nosso caso não é apenas ser mulher ou ser mãe, ser esposa, é que tem a questão do movimento. Além de carregar as suas obrigações você também carrega as obrigações do movimento, e também a de outras mulheres [...]. Nós sofremos preconceitos a gente era tratada como incapazes, mulheres não tem capacidade, não tem de estar na frente e hoje ainda continua e hoje nós estamos emponderadas de conhecimento do potencial de assumir nossa voz, porém nós resistimos mais do que naquela época (Ercilia Vieira da Silva, Tikuna, entrevista concedida em 2022).

No aspecto da construção e organização política feminina no Médio Solimões, Ercilia da Silva relata como se deu início o processo de organização do movimento indígena feminino:

[...] Eu estava saindo de relacionamento abusivo onde eu sofria violência doméstica diariamente, e isso me impulsionou a criar e articular uma organização. [...] nos reunimos e começamos a articular com as organizações de Tefé para criar a AMIMSA, pois até então a gente nem sabia que seria AMIMSA, pois a sigla foi discutida na assembleia. A gente começou a pedir doações, porque nós não tínhamos recursos financeiros, pedimos ajuda da Prelazia na época o Bispo era o Dom Sérgio que nos apoiou bastante, a Irmã Esperança cedendo o Centro Irmão Falco para fazermos a nossa primeira assembleia de criação e conseguimos um público de aldeia e as mulheres vieram para discutir essa pauta da criação da AMIMSA. Foi quando

discutimos a pauta do nome e decidimos por ser AMIMSA, pois até então na época da UNI-TEFÉ ela se chamava AMIS, porque ela não abrangia o médio Solimões porque o “A” é de “afluentes” e nessa assembleia conseguimos criar a AMIMSA, e demos continuidade, fomos atrás de legalizar a documentação jurídica, e aí fomos com parceiros porque a gente nunca tivemos recursos e só assim a gente conseguiu botar a AMIMSA em funcionamento. (Ercilia Vieira da Silva, Tikuna, entrevista concedida em 2022).

As mulheres indígenas constituíram um importante papel em meio ao movimento indígena e foram cada vez mais ganhando destaque e poder dentro do cenário político nos movimentos, assumindo papéis de grandes líderes. Isso se reflete na sua crescente presença em cargos políticos, como Deputadas Federais, e nas câmaras municipais de vereadores. Essas lideranças, que emergiram das lutas do movimento indígena, atualmente, ocupam posições-chave de decisão, desafiando e superando narrativas preconceituosas que desacreditavam na capacidade das mulheres de participar ativamente na política e de liderar o movimento indígena.

As tarefas atuais das organizações indígenas são múltiplas e consistem desde a defesa política dos direitos coletivos até a efetuação de projetos econômicos, educacionais e culturais, além de outras demandas das comunidades. No entanto, algumas organizações indígenas recentemente criadas deram maior enfoque a execução de projetos direcionados apenas ao acesso a recursos financeiros, deixando de lado a luta política, elemento no qual foi legítimo e crucial para o desenvolvimento das organizações. Ao condicionar-se apenas a existência desses recursos, a organização não exerce a sua política própria e sustentabilidade social e acaba entrando em declínio. É de suma importância destacar que a obtenção de recursos em benefício da coletividade envolvida deve ser consequente da luta política por direitos.

Na atualidade, grande parte das organizações indígenas têm acesso apenas a recursos financeiros externos através de projetos, destinados a saúde, educação, gestão territorial, valorização cultural. Essa circunstância nos aponta a ideia de “mercado de projetos” no qual refere-se ao contexto em que comunidades indígenas buscam oportunidades de desenvolvimento econômico por meio da concepção, implementação e gestão de projetos que envolvem recursos naturais, cultura, turismo, artesanato, entre outros. Esses projetos visam não apenas a geração de renda, mas também a preservação da identidade cultural, a proteção do meio ambiente e o fortalecimento das comunidades (GARNELO; SAMPAIO, 2003)

Em síntese, a principal função das organizações indígena no Médio Solimões foi conferir e garantir o devido apoio aos povos e comunidades que estavam no inseridos no processo de luta pelo reconhecimento étnico. Contudo, o empenho pela afirmação étnica resultou da participação efetiva das comunidades no movimento indígena. Em razão disso,

podemos afirmar que o movimento indígena teve extrema importância no processo de afirmação dos povos indígenas.

2.2 Rede de diálogos, relações entre lideranças, organizações indígenas e instituições indigenistas.

O presente subtópico tem como objetivo analisar as relações existentes entre líderes das comunidades indígenas com as organizações desenvolvidas em prol da garantia dos direitos dos povos indígenas em lei, em conjunto com as instituições indigenistas, ambos estruturados de modo a assegurar a população indígena suas defesas, autossustentação e interesses.

As organizações indígenas têm funções cruciais, oferecendo apoio institucional, defendendo causas e coordenando esforços. Concomitantemente, as lideranças indígenas desempenham um papel vital como representantes, expressando as necessidades e visões das comunidades. Essa dinâmica de colaboração entre organizações e lideranças foi e ainda se faz, nos dias atuais, fundamental para uma representação social, política e cultural adequada.

As lideranças indígenas atuando em conjunto com órgãos, sendo eles governamentais ou não, configura uma rede de união e apoio fortalecida, visto que, a cooperação entre esses agentes permite que o enfrentamento dos fios compartilhados ocorra de maneira mais rápida e eficiente. Em outras palavras, tal união potencializa a coletividade, proporcionando maior impacto na busca por soluções que atendam às necessidades das comunidades.

O vínculo criado entre lideranças indígenas e as instituições indigenistas são marcadas por uma interação complexa e primordial para a proteção dos direitos e interesses das comunidades indígenas. Os líderes desempenharam um papel fundamental ao representar as necessidades e aspirações de suas comunidades, enquanto os órgãos indigenistas, como a FUNAI, buscam implementar políticas públicas e garantir a preservação cultural e territorial. A colaboração envolve diálogo constante, participação nas decisões, defesa de direitos territoriais, conservação cultural e superação de desafios compartilhados, com o intuito de promover o bem-estar e a autodeterminação das comunidades indígenas.

As lideranças indígenas de diversas comunidades, incessantes na busca por maior visibilidade e apoio a suas causas como a reafirmação de sua identidade étnica, reestruturação social e territorial, entre outros, realizaram inúmeras assembleias, ao longo dos anos de 1870 e 1980. A ajuda financeira por parte da igreja, de ONGs, além da FUNAI, alimentava o movimento indígena, facilitando o deslocamento das lideranças para assembleias regionais e

reuniões realizadas em Brasília, assim permitindo a divulgação de documentos reivindicatórios das comunidades, bem como a promoção de campanhas de mobilização nas grandes cidades. Algumas organizações de apoio realizaram investimentos significativos em lideranças nativas, especialmente àquelas que melhor representassem os seus interesses políticos (MONTEIRO, 2022).

A partir dos encontros do movimento indígena do Médio Solimões o senhor Tomé Fernandes Cruz menciona que passou a ter mais conhecimento sobre o movimento no âmbito nacional. Segundo Tomé:

As ações já vêm e continuam de nossas aldeias, nas nossas bases com reuniões, movimento locais, mutirões. Então só em 1992 pra cá, então aí fortaleceu esse movimento indígena que tinha, né? E começamos a participar do movimento em âmbito nacional, né? Nacionais, né? Por exemplo, encontro de professores, discutia muita saúde indígena, com uns convidados para discutir saúde indígena com outros. E outro intervalo com outras regiões, né? Quando legitimou a organização indígena do médio Solimões, conseguimos mais ainda mobilizar as nossas bases e indo participar de ações fora de nossa região, indo somar e buscar conhecimento com outras lideranças de outros lugares do Brasil (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

As organizações e lideranças indígenas, sem dúvidas, ocuparam um espaço de grande visibilidade em meio ao cenário político nacional. No entanto, é possível notar ainda um preparo insuficiente para exercer a autonomia na qual é tão desejada por elas. O grau de dependência para com as organizações, redes de apoio externas ou até mesmo com o próprio Estado é enorme, uma vez que não se limita apenas a dimensão financeira, mas também a alguns aspectos ideológicos e discursivos.

A dependência das comunidades indígenas com o Estado é um processo resultante de séculos de tutela nos quais foram submetidos pelos órgãos governamentais indigenistas, habituando-os a depender de projetos e recursos para lhes fornecer assistência. O processo de superação dessa concepção antiga de tutela e insuficiência compreende um dos vários desafios nos quais os povos indígenas já se depararam. Tema este, que será debatido e analisado no subtópico a seguir.

2.3 Organização e luta indígena no Médio Solimões

Neste subtópico exploramos e analisamos a respeito da complexidade do processo de luta das organizações indígenas na região do Médio Solimões. A análise a ser realizada destacou

os movimentos de luta enfrentadas por essas organizações, buscando compreender suas estratégias, desafios e conquistas.

Historicamente, na região do médio Solimões, há luta política pelo direito dos povos indígenas, que podem ser vistas no livro de Priscila Faulhaber (1998), denominado Lago dos Espelhos. Em relação ao Movimento Indígena, a autora destaca o processo antigo de luta e reconhecimento de territórios, para as populações indígenas que tradicionalmente também habitam essa região.

A trajetória histórica de dominação e extermínio dos povos indígenas mudou drasticamente a partir do momento em que a necessidade de articulação e mobilização política foi reconhecida e colocada em ação pelas diversas comunidades e lideranças indígenas locais. Evidentemente, nem todos os povos se conscientizaram dessa necessidade estratégica. No entanto, aqueles que entenderam e deram a devida importância ao movimento, não mediram esforços para promover e consolidar o movimento de luta em nível nacional e internacional.

As reuniões e assembleias realizadas pelas comunidades indígenas foram os principais agentes responsáveis por essa consciência de luta. De início, esses encontros eram patrocinados por órgãos de apoio as causas indígenas, alguns setores universitários, além de entidades da Igreja Católica. Foi a partir desses encontros que os povos indígenas notaram a existência de muitas outras comunidades e muitos outros parentes espalhados em toda região e até mesmo em todo o Brasil, nos quais também enfrentavam os mesmos problemas e que poderiam operar em conjunto para solucioná-los.

A jornada de luta indígena trouxe consigo algumas conquistas importantes, no que tange à demarcação de terras e educação, no qual faz-se referência na busca por reconhecimento, preservação cultural e inclusão social. No contexto demarcatório, os povos indígenas obtiveram avanços consideráveis como o reconhecimento legal e a delimitação de seus territórios. Tais avanços alcançados podem ser definidos como o início de processos de autonomia com grandes possibilidades futuras (LUCIANO, 2006)

No âmbito educacional, esforços notáveis têm sido alcançados, com intuito de superar desafios históricos, incluindo barreiras linguísticas e discriminação. A promoção de uma educação inclusiva, que valorize e respeite a diversidade cultural dos povos indígenas, representa um avanço primordial. A busca pela excelência educacional não se limita apenas ao acesso, mas também envolve a adaptação dos currículos para refletir a riqueza das tradições indígenas, contribuindo assim para o fortalecimento identitário e o empoderamento dessas comunidades (SOUZA, 2023)

Os feitos no que diz respeito a demarcações territoriais e no campo educacional são testemunhos da resiliência e da determinação dos povos indígenas em enfrentar desafios históricos. Ao obterem o reconhecimento de suas terras e o acesso a uma educação que respeite suas identidades culturais, essas comunidades não apenas asseguram a continuidade de suas tradições, como também cooperam para a idealização de uma sociedade mais equitativa e imparcial. Essas conquistas não devem ser vistas como metas isoladas, mas sim como passos indispensáveis na jornada contínua rumo ao pleno reconhecimento e respeito pelos direitos dos povos indígenas. Na concepção do entrevistado Tomé Fernandes Cruz:

É, das conquistas foi demarcação das terras indígenas e a questão da educação, escola indígena que hoje nós temos aí. Ter Professores reconhecido como professor indígena. Professor bilingue também que não era reconhecido, as coordenações de educação que hoje tem coordenação de educação escolar indígena, as formações continuadas de professores indígenas, hoje começa a se concretizar (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

A luta travada pelo movimento indígena no Médio Solimões, em suas diversas frentes de representatividade, é marcada por muitas conquistas, mas também por inúmeros desafios a serem enfrentados. Tais desafios serviram de aprendizado para assim alcançar maturidade suficiente para reorganizar-se com eficiência, com o intuito de alcançar uma articulação e representatividade nacional.

Quando perguntado a respeito dos desafios em meio ao movimento indígena, o entrevistado Tomé Fernandes Cruz relata como as organizações lidavam com essas situações. O mesmo diz que:

O principal desafio nosso, primeiramente nessas épocas, até agora quando começou e a gente tinha muito esse diálogo com as comunidades, para que a gente pudesse atuar no movimento indígena. Jamais. A aglomeração e o militante. A gente trabalha muito nessa questão da conscientização da comunidade. Não era só por nós, mas era para garantir. Tínhamos dificuldade financeira para realizar alguns eventos, mas sua maioria eram organizadas e bancada por nossas aldeias mesmo que em forma de mutirão cooperavam para termos como chegar na aldeia e o que comer durante os dias de atividades. Outra coisa também que aponto como desafio era o preconceito na cidade, as pessoas não estavam tendo aceitação por sermos indígenas, por nos identificarmos como indígena, essa também era um outro desafio que tínhamos para enfrentar, pois naquela época algumas aldeias estavam se reconhecendo como indígena (Tomé Fernandes Cruz – Kokama, entrevista concedida em 17.01.2024, na aldeia Jaquiri).

O preconceito dirigido aos povos indígenas nas áreas urbanas frequentemente revela estereótipos enraizados, uma falta de compreensão cultural e um desconhecimento sobre a realidade dessas comunidades. Esses estereótipos muitas vezes simplificam e distorcem a

representação dos povos indígenas, resultando em uma visão estreita de suas culturas e negligenciando a riqueza e diversidade presentes em suas diferentes etnias.

Ao migrarem para áreas urbanas, os povos indígenas frequentemente enfrentam dificuldades no acesso a serviços essenciais, como saúde e educação, muitas vezes devido a barreiras linguísticas, falta de familiaridade com os sistemas urbanos e discriminação institucional. A invisibilidade das questões indígenas na mídia e na educação contribui para a marginalização dessas comunidades, perpetuando estereótipos e preconceitos.

A falta de um entendimento aprofundado sobre a história e as contribuições dos povos indígenas para a formação do país por parte de muitas pessoas nas cidades pode levar a visões distorcidas. A apropriação indevida de elementos culturais indígenas, sem respeitar suas origens e significados, configura uma forma de preconceito que menospreza a riqueza cultural desses povos.

O processo histórico de deslocamento e perda de território enfrentado pelos povos indígenas pode resultar em preconceito por parte da população não indígena, frequentemente associando erroneamente a preservação de suas terras e modos de vida à resistência ao desenvolvimento. Para combater o preconceito, são necessários esforços educacionais, sensibilização cultural e promoção do respeito à diversidade.

Organizações devem promover a compreensão mútua, o diálogo intercultural e o reconhecimento dos direitos indígenas, no qual são fundamentais para superar esses desafios e, construir sociedades mais inclusivas e justas. Ações estas que visam não apenas desconstruir estereótipos, mas também promover a valorização e o respeito pelas culturas indígenas, dando-lhes a importância de sua contribuição para a diversidade cultural no nosso país.

Outra adversidade enfrentada pelas comunidades e organizações indígenas foi lidar com o modelo burocrático de organização social, política e econômica dos brancos, no qual acabaram sendo obrigados a adotar e aceitar em suas comunidades em prol da garantia dos direitos de cidadania, uma vez que, o modelo de organização social, não coincide com determinadas ações e interesses dos povos indígenas, mas que, no entanto, acaba sendo o único caminho para o acesso a recursos financeiros e tecnológicos.

O processo administrativo, burocrático e financeiro dos brancos, na concepção indígena, contraria e fere os valores culturais dos povos indígenas, como o de generosidade, solidariedade e democracia. Por exemplo, o sistema hierarquizado de uma diretoria de associação formal, além de criar discriminações sociais e conflitos de poder em meio a comunidade indígena, acaba fragilizando a soberania popular, uma vez que o poder de decisão é um direito inalienável de todos os indígenas.

Nesse contexto cultural, o mundo moderno, sustentado na ilusão de poderio tecnológico e do sistema econômico capitalista, promovem um ideal de felicidade acessível através da concentração individualista de riquezas. Tal concepção não apenas seduz, como também corrompe o indivíduo, constituindo um grande agente dominador da sociedade, não isentando os povos indígenas. Dessa forma, acredita-se que dinâmica de vida da sociedade branca individualista e cumulativista pode causar uma grande pressão e impacto psicológico, também constituindo um grande processo de resistência para as comunidades indígenas, visto que o não reconhecimento próprio e abandono de vida pelo indígena não é algo incomum dentre essa sociedade.

Por fim, compatibilizar as diferentes lógicas, ideologias, racionalidade e processos organizacionais, bem como lidar com o sistema estatal no qual não atua em conformidade com as necessidades reais e os direitos das populações indígenas, constituem um enorme desafio a ser solucionado. Atualmente, o cenário dos movimentos e das organizações indígenas ainda enfrentam a necessidade de lutar por seus direitos básicos e pelo cumprimento de políticas públicas. À medida que surgem novas possibilidades de autonomia para as comunidades indígenas, também surge a necessidade de uma nova institucionalidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante das análises apresentadas sobre o movimento indígena na região do médio Solimões, é possível perceber que se trata de um fenômeno multifacetado e de grande importância histórica e contemporânea. O movimento indígena, ao longo das décadas, tem sido impulsionado pela necessidade de dar voz às demandas historicamente negligenciadas dos povos originários, abraçando diversas bandeiras de luta, incluindo a reivindicação pelos direitos fundamentais e pela demarcação efetiva de seus territórios.

A pesquisa, baseada no testemunho de lideranças indígenas e indigenistas, oferece uma compreensão mais profunda das dinâmicas sociais e políticas que influenciam a realidade das comunidades indígenas na região. Além do mais, destaca a importância da diferenciação entre os termos "indígena" e "indigenismo", ressaltando que este último engloba um conjunto de práticas, políticas e estudos voltados para a compreensão e a promoção dos direitos dos povos indígenas.

O movimento indígena emerge como uma força vital na defesa dos direitos e interesses das comunidades indígenas, refletindo uma busca essencial pela melhoria da qualidade de vida, que vai desde a preservação de suas tradições culturais até a luta pelos direitos fundamentais. É uma expressão poderosa de sua determinação em enfrentar desafios e promover uma convivência justa e equitativa.

Além disso, a importância do movimento indígena transcende as fronteiras locais, assumindo uma dimensão global na luta pela conservação e sustentabilidade da Amazônia. A colaboração internacional é vista como fundamental para promover práticas sustentáveis, monitorar o desmatamento e enfrentar os desafios ambientais que afetam toda a região.

Portanto, o estudo do movimento indígena na região do médio Solimões não apenas oferece visões sobre a história e as lutas dessas comunidades específicas, mas também lança perspectiva sobre questões mais amplas de justiça social, política, sustentabilidade e cooperação global. A preservação da diversidade cultural, a garantia dos direitos humanos e a proteção do meio ambiente são metas que beneficiam não apenas as comunidades indígenas, mas toda a sociedade.

Esse movimento indígena na região do médio Solimões representa um marco histórico na busca por direitos e dignidade. Desde os primeiros contatos com os exploradores europeus, as comunidades indígenas enfrentaram desafios significativos, porém através de resistência e mobilização começaram a organizar-se e a lutar por seus direitos. O surgimento e

fortalecimento do movimento indígena na década de 1970 representou um ponto de virada, unindo lideranças de diversos segmentos da sociedade civil organizada em torno de objetivos comuns e promovendo a conscientização coletiva.

Ainda mais, cabe uma ênfase às instituições indigenistas no Médio Solimões, no qual exercem um papel indispensável na proteção dos direitos e interesses das comunidades indígenas, estabelecendo uma colaboração importante com as lideranças locais. Essa interação complexa entre organizações e líderes indígenas tem sido necessária para propagar a representatividade adequada das comunidades, defender direitos territoriais, conservar a cultura e superar desafios compartilhados. Através de diálogo constante, participação nas decisões e defesa de direitos, as instituições indigenistas trabalham em conjunto com as lideranças para promover o bem-estar e a autonomia dos povos indígenas na região.

No entanto, é importante reconhecer que ainda persistem desafios, como a dependência histórica das comunidades em relação ao Estado e a necessidade de fortalecimento da autonomia local. A superação desses obstáculos é crucial para garantir a eficácia e sustentabilidade das iniciativas indigenistas no Médio Solimões, permitindo que as comunidades alcancem maior controle e protagonismo em suas próprias questões.

As lideranças indígenas desempenham e ainda desempenham cada dia mais um papel central nesse processo, sendo protagonista em todas as suas lutas, buscando conhecimento jurídico e político para melhorar a qualidade de vida de suas comunidades. A colaboração com organizações indigenistas, como o Conselho Indigenista Missionário, foi primordial para fortalecer o movimento, proporcionando recursos e apoio político.

O movimento das mulheres indígenas também foi destaque, representando uma trajetória marcada por desafios, superações e conquistas significativas. A liderança e organização das mulheres indígenas foram fundamentais não apenas para promover seus direitos específicos, mas também para fortalecer o movimento indígena como um todo, desafiando estruturas patriarcais e promovendo uma representação mais inclusiva.

Apesar dos avanços alcançados, as comunidades indígenas ainda enfrentam desafios persistentes, incluindo preconceito, dependência de recursos externos e imposição de modelos burocráticos estranhos à sua cultura. Para superar esses desafios, é necessário promover o diálogo intercultural, reconhecimento dos direitos indígenas e formas de organização que respeitem a autonomia, autodeterminação e cultura das comunidades.

Em suma, o movimento indígena e o indigenismo na região do Médio Solimões representam e continuará representando expressões poderosas de resistência e luta pelos direitos e dignidade dos povos indígenas. Proporcionando uma inclusão maior no centro político-

administrativo, tencionando a melhoria, inclusão e direitos das comunidades indígenas. Continuar apoiando esses movimentos é essencial para construir uma sociedade mais justa, inclusiva e respeitosa da diversidade étnica e cultural, na qual temos nossas origens formadas.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Fernando Ozorio de; NEVES, Eduardo Góes. **Evidências arqueológicas para a origem dos Tupi-Guarani no leste da Amazônia.** Mana, Rio de Janeiro, v. 21, n. 3, p. 499-525, Dec. 2015.

ALMEIDA, Maria Regina Celestino de. **Os índios na história do Brasil.** Rio de Janeiro: Editora FGV, 2010.

BANIWA, G. **Movimentos e políticas indígenas no Brasil contemporâneo.** Tellus, Campo Grande. ano 7, n. 12, p. 127-146, abr. 2007.

BANIWA, Gersem dos Santos. **O Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje.** Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006.

BARTOLOME, M.; ROBINSON, S. **Indigenismo, dialética e consciência étnica.** In: JUNQUEIRA, C., CARVALHO, E. (Org.). Antropologia e indigenismo na América Latina. São Paulo: Cortez, 1981. p. 107-114.

BERNARD, Deryck M. **Observations on the status of demography information in Guyana.** In ARAGÓN, Luis E (Org.) Populações da Pan-Amazônia. Belém: NAEA Editora, 2005. p. 103- 114.

BECKER, Bertha. **Amazônia: mudanças estruturais e tendências na passagem do milênio.** In MENDES, Armando Dias (Org). Amazônia: terra e civilização. Belém: Banco da Amazônia, 2004. p. 115-140.

BICALHO, Poliene Soares dos Santos. **Protagonismo indígena no Brasil: Movimento, Cidadania e Direitos (1970-2009).** In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História – ANPUH. São Paulo, 2011.

BUARQUE, Cristóvão. **Internacionalização do mundo.** In: MUGGIATI, André (Coord.). Debate sobre políticas públicas para Amazônia na imprensa brasileira. São Paulo: Amigos da Terra, v. XI, no v. 2000 - jan. 2001, p. 11.

BRAGA, Danilo. **A história dos kaingang na luta pela terra no Rio Grande do Sul: Do silêncio, à reação, a reconquista e a volta para casa (1940-2002).** 2015. 152f. Dissertação (Mestrado em História) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2015.

BRASIL, Ministério do Meio Ambiente (MMA). **Biodiversidade é tema de série especial.** Brasília, DF: Ministério do Meio Ambiente, 2018. Disponível em: Biodiversidade é tema de série especial — Ministério do Meio Ambiente e Mudança do Clima (www.gov.br). Acesso em 20 jan. 2024.

BRASIL, Fundação Nacional dos Povos Indígenas (FUNAI). **Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas.** Brasília, DF: Fundação Nacional dos Povos Indígenas, 2023. Disponível em: Dados do Censo 2022 revelam que o Brasil tem 1,7 milhão de indígenas — Fundação Nacional dos Povos Indígenas (www.gov.br). Acesso em 23 jan. 2024

BRIGHENTI, Clóvis Antonio. **O movimento indígena no oeste catarinense e sua relação com a igreja católica na diocese de Chapecó/SC nas décadas de 1970 e 1980.** 2012. 612f. Tese (Doutorado em História) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

BRAGA, Márcio André. **Identidade étnica e índios no Brasil.** In: MÉTIS: História e cultura – v. 4, n. 7, p. 197-212. 2005.

CAVALVANTE, Thiago Leandro Vieira. **Etno-história e história indígena: questões sobre conceitos, métodos e relevância da pesquisa.** História, São Paulo, v.30, n.1, p. 349-371, jan/jun 2011.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **“Introdução a uma história indígena”, in História dos índios no Brasil.** São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

COLLET, Célia. **Quebrando preconceitos: subsídios para o ensino das culturas e histórias dos povos indígenas** / Célia Collet, Mariana Paladino, Kelly Russo. – Rio de Janeiro: Contra Capa Livraria; Laced, 2014.

CUNHA, Manuela Carneiro da. **A História dos Índios no Brasil.** São Paulo: Brasiliense, 1992.

FAVRE, H. E. I. **indigenismo.** México: FCE, 1998. p. 7-35.

GARCIA, Elisa Frühauf. **A integração das populações indígenas nos povoados coloniais no Rio Grande de São Pedro: legislação, etnicidade e trabalho.** Dissertação de Mestrado apresentada ao programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2003.

GOMES, Mércio Pereira. **O índio na história: o povo Tenetehara em busca da liberdade.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

LANDA V. L. **Pensamientos indígenas em nuestra America.**In: BEIGEL, F. et. al. *Critica y teoría em el pensamiento social latino-americano.* Buenos Aires: CLACSO, 2006. p. 11-75. (Colección Becas de Investigación).

MARTINS, Marseno Alvim. **A Amazônia e nós.** Brasília: **Biblioteca do Exército**, 1971.

MORAES, Luís Carlos Silva de. **Código florestal comentado: com as aplicações da lei de crimes ambientais - lei nº 9.605/98.** São Paulo: Atlas, 2020, 274 p.

NASCIMENTO, Silvana Jesus do. **Múltiplas vitimizações: crianças indígenas kaiowá nos abrigos urbanos do Mato Grosso do Sul.** Horizonte Antropologico, dez 2014, vol.20, no.42, p.265-292. ISSN 0104-7183.

OLIVEIRA, Roberto Cardoso de. **A crise do Indigenismo.** Campinas: Editora da Unicamp, 1988, p. 20. Apud. MUNDURUKU, Daniel. *O caráter educativo do movimento indígena brasileiro (1970-1990).* São Paulo: Paulinas, 2012, p. 220.

OLIVEIRA, Antonio Jr. **Amazônia: a gênese de uma região de planejamento.** In: ARAGÓN, Luis E; OLIVEIRA, José Aldemir (Org.) *Amazônia no cenário sul-americano.* Manaus: Edua, 2009. p. 41-77.

OLIVEIRA, João Pacheco. Freire, Carlos Augusto da Rocha. **A Presença Indígena na Formação do Brasil** / João Pacheco de Oliveira e Carlos Augusto da Rocha Freire – Brasília: Ministério da Educação, Secretária de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACE/ Museu Nacional, 2006.

OLIVEIRA, J. P. **Uma etnologia dos 'índios misturados' - situação colonial, territorialização e fluxos culturais.** Mana - Estudos em Antropologia Social. Rio de Janeiro. v. 4, n. 1: 47-77 p. 1998.

PACHECO, J. **Cidadania e globalização: povos indígenas e agencias multilaterais. Horizontes antropologicos: relações interétnicas.** v. 6, n. 14, p.125-140, nov. 2000.

PINTO, Lúcio Flávio. **Utopia científica ou internacionalização da Amazônia?** Agenda amazônica Ano II, nº 19. Belém, março de 2001.

PORTELLI, Alessandro. **Tentando aprender um pouquinho: algumas reflexões sobre ética na história oral.** In: *Ética e história oral: Projeto História.* São Paulo, vol. 15, 1997.

PRIORE, Mary del (Org.). **História das crianças no Brasil.** 7 ed. São Paulo: Contexto, 2010.

- REIS, Arthur César Ferreira. **A Amazônia e a cobiça internacional**. Rio de Janeiro: Civilização, 1982, 213 p.
- RICARDO, Carlos Alberto (Ed.). **Povos Indígenas no Brasil: 1996-2000**. São Paulo: Instituto Socioambiental, 2000.
- ROCHA, Leandro Mendes. **A Política Indigenista no Brasil: 1930-1967**. Goiânia: UFG, 2003. 260 p.
- SANTOS, Ricardo Ventura. **Mestiçagem, Degeneração e a Viabilidade de uma Nação: Debates em Antropologia Física no Brasil (1970-1930)**. In PEN, Sérgio D. J. (Org.). *Homo Brasilis: aspectos genéticos, linguísticos, históricos e socioantropológicos da formação do povo brasileiro*. São Paulo: FUNDEPE-RP, 2002.
- SANTAMARTA, José. **Amazônia, la última frontera de labiodiversidad**. World watch Institute. Madrid, 14 nov. 2000. Disponível em: https://exploreinquiry.com/sk-dom-sale.php?dom=egroups.com&eds=dWx0cmFwcmVtZG9tYWluQHlhaG9vLmNvbQ%3D%3D&frsmnv=500&_isk_=3535&domdesgn=1&frslpid=9POW48UIF. Acesso em: 14 de janeiro de 2024.
- SILVA, Edson; SILVA, Maria da Penha da. **De qual índio estamos falando?! Reflexões para o ensino da temática indígena**. In: ARAÚJO, Bruno; GUIMARÃES, Janaína; SILVA, Lucas Victor. (Orgs.). *História e contemporaneidade: articulando espaços, construindo conhecimentos*. Recife, Edufpe, 2015, p. 309-333.
- LIMA, Antonio Carlos de Souza. 2010. **“Povos indígenas no Brasil contemporâneo: de tutelados a ‘organizados’?”** Em SOUSA, Cássio Noronha Inglez de et al. (orgs). *Povos indígenas: projetos e desenvolvimento II*. Brasília: Paralelo 15; Rio de Janeiro: Laced. pp. 15-60.
- TASSINARI, Antonella M. I. **Da civilização à tradição: os projetos de escola entre os índios do Uaçá**. In: SILVA, A. I.; FERREIRA, M. K. L. (Org.). *Antropologia, História e Educação*. São Paulo: PAPESP/MARI, 2001.
- TRINDADE, Antônio Augusto Cançado. **O direito internacional em um mundo em transformação**. Rio de Janeiro: Renovar, 2002.
- VARELLA, Marcelo Dias. **Direito internacional econômico ambiental**. Belo Horizonte: Del Rey, 2004.
- WACHTEL, Nathan. *Los vencidos; los indios frente a la conquista española (1530-1570)*. Madrid, Alianza Editorial, 1976.

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: 1988.

CARVALHO, Patricia et al. O descaso e o esquecimento com os indígenas são antigos, não começou com o Covid-19: efeitos, estratégias e modos de resistência indígenas no Médio Solimões e Afluentes, AM. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, v. 4, p. e021002-e021002, 2021.

COSTA, Vitor Mateus Daniel. **História e Territórios: o lugar dos nativos na construção da cidade de Tefé e os assentamentos indígenas**. 2021, 73 f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Estudos Superiores de Tefé, 2021.

DE ALMEIDA LOPES, Rafael. Crônicas amazônicas e trocas indígenas: caminhos para uma arqueologia documental do Médio Solimões nos séculos XVI e XVII. **Revista Do Museu de Arqueologia e Etnologia**, n. 36, p. 162-188, 2021.

FAULHABER, Priscila. ‘Ambientalização dos conflitos’, indigenismo e lutas sociais no Médio Solimões: As terras indígenas e o projeto Mamirauá1. **Revista Antropológicas**, v. 22, n. 1, 2012.

FAULHABER, Priscila. **O lago dos espelhos: um estudo antropológico das concepções de fronteira a partir do movimento dos índios em Tefe/AM**. 1992. 333 f. Tese (Doutorado) – Universidade Estadual de Campinas, 1992.

FEITOZA, Diego Amorim; SILVA FILHO, Erivaldo Cavalcanti. Os kokamas e os desafios de acesso aos direitos fundamentais no Alto Solimões. **Equidade: Revista Eletrônica de Direito da UEA-ISSN: 2675-5394**, v. 7, n. 1, 2023.

LUCIANO, Gersem dos Santos. Índio Brasileiro: o que você precisa saber sobre os povos indígenas no Brasil de hoje. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade; LACED/Museu Nacional, 2006. MARKUS, Cledes.(Org.) Kaiowá: um povo que caminha. Caderno Semana dos Povos Indígenas 2013. **Coleção Educação para todos**, 2013.

MACEDO, Magiles de Souza. **Movimento, educação escolar indígena e os processos de (re) afirmações dos Kambeba na região do médio solimões-AM**. 2021. 153 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Humanas) – Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2021.

MACIEL, Benedito do Espírito S.P. Da proa da Canoa: Por uma etnografia do movimento indígena em Tefé. **Somanlu: Revista de Estudos Amazônicos**, v. 9, n. 2, p. 111-126, 2009.

MONTEIRO, John Manuel. Raízes históricas das organizações indígenas no Brasil: estratégias políticas e culturais das novas lideranças nativas. **Maloca: Revista de Estudos Indígenas**, v. 5, p. e022003-e022003, 2022.

OLIVEIRA, Nezimar de Souza. **Atuação política de mulheres indígenas na região do médio Solimões (2010-2018)**. 2021. 40 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Amazonas, Tefé, 2021.

RAMOS, Rayzimara Lima. **História Indígena e Conflitos na Amazônia Colonial (Séc. XVIII)**. 2021. 43 f. Monografia (Licenciatura em História) – Centro de Estudos Superiores de Tefé, 2021.

SANTOS, Rita Floramar Fernandes. **Povos indígenas e universidade: pedagogias decoloniais e o diálogo intercientífico na formação docente nas Amazôniaas**. 2023. 250 f. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2023.

SILVA, Francisca Cardoso. **Da afirmação étnica à luta pela garantia da terra: a história de luta do povo indígena kokama, aldeia porto praia de baixo, município de Tefé-Amazonas**. 2019. 93 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História) – Universidade do Estado do Amazonas, Manaus, 2019.

Plano Distrital de Saúde Indígena. Secretaria Especial de Saúde Indígena (SESAI). Distrito Sanitário de Saúde Indígena (DSEI), 2024.

APÊNDICES I. Termo de Consentimento e Esclarecido - TCE

Convido o senhor (a), para participar da pesquisa analítica sobre Movimento indígena no médio solimões: lideranças, organização e redes de diálogos e lutas coletivas para seguridade de direitos indígena (1980 – 2000). Pesquisa está realizada pelo acadêmico *Fábio Pereira dos Santos*, com o número de matrícula estudantil 2016080013 do curso de história com o ingresso em 2020 no (CEST/UEA). Contextualizar e analisar a organização, os caminhos de lutas, desafios e conquistas do movimento indígena no município de Tefé por meio do testemunho de lideranças indígenas e indigenistas. Sua participação é voluntária e se dará por meio de entrevistas do tipo semiestruturada com o uso autorizado do gravador de voz e da câmera fotográfica, quando necessário.

Os riscos decorrentes de sua participação são os menores possíveis, ou seja, um provável desconforto em relação a algumas perguntas, que poderão ser refeitas com o devido cuidado para que não ultrapassemos os limites da clareza e do respeito com o trato pessoal, como sua recusa em participar em um dado momento quando perceber que não deseja mais participar da pesquisa. Esta pesquisa terá total respeito em termos de sua cultura, áreas sociais, morais, religiosos, e éticos, como também os seus hábitos e costumes.

Se o senhor (a), aceitar participar, estará contribuindo para dar visibilidade à sua trajetória na Universidade Pública, desafios e perspectivas profissionais. Se depois de consentir sua participação o senhor (a) desistir de continuar participando, tem o direito e a liberdade, a qualquer tempo, de retirar seu consentimento, independentemente do motivo. O senhor (a), não terá nenhuma despesa, bem como não receberá nenhuma remuneração. Os resultados da pesquisa serão analisados e publicados. Mas sua identidade se assim o desejar não será divulgada, sendo guardada em sigilo pelo pesquisador, mas se desejar divulgação de seu nome ele será apresentado na pesquisa se assim o senhor (a) desejar.

Para qualquer outra informação, o senhor (a) poderá entrar em contato com o responsável pela pesquisa do trabalho de conclusão de curso (TCC), no CEST /UEA, no endereço Estrada do Bexiga, 1085, Jerusalém, Tefé/Am, ou pelo telefone (97) 99178 - 5459, e-mail fpds.his20@uea.edu.br.

APÊNDICES II. Consentimento pós-informação

Eu _____, fui informado (a) sobre o que os pesquisadores querem fazer e porque precisam da minha colaboração, e entendi a explicação. Por isso eu concordo em participar da pesquisa, sabendo que não vou ganhar nada e que posso sair quando quiser. Este documento é emitido em duas vias que serão ambas assinadas por mim e pelo pesquisador, ficando uma via com cada um de nós.

Tefé, _____ / _____ / _____

Assinatura do participante

Impressão do dedo polegar

Caso não saiba assinar

Assinatura do pesquisador responsável

APÊNDICES III. Questionário de pesquisa para elaboração do trabalho de conclusão de curso (TCC).

1. Nome?
2. Função?
3. Instituição que atualmente atua?
4. Período de atuação?
5. Região onde atuou?
6. Como era o contexto da política indigenista naquele período que você atuou?
7. Quais eram as principais pautas discutidas para o fortalecimento das lutas coletivas dos povos indígenas para a garantia de direito?
8. Como eram as mobilizações, articulações a nível regional, local e nacional?
9. Você tem conhecimento de pessoas, seja lideranças indígenas, indigenistas, parlamentares, ou outras figuras que estavam nessas mobilizações, ações?
10. Os principais desafios que se deparavam e como lidavam com essas situações para que não prejudicasse as lutas coletivas?
11. Quais foram as ações realizadas naquele período de maior impacto que influencia a organização e fortalecimento do movimento indígena na região do MRSA?
12. As assembleias indígenas eram realizadas de que forma – apoio, articulação, os desafios?
13. Quando que foi percebido que o movimento indígena na região estava consolidado, organizado, fortalecido para atuar como linha de frente nas lutas coletivas pela seguridade de direitos indígenas?
14. E como era a atuação da organização do qual você fazia parte?
15. Quais foram as principais conquistas por meio das lutas coletivas do movimento indígena, indigenista na região?

16. E no atual contexto, qual sua percepção em relação a atuação do movimento indígena, das organizações indígena e indigenistas aliadas na região do MRSA?